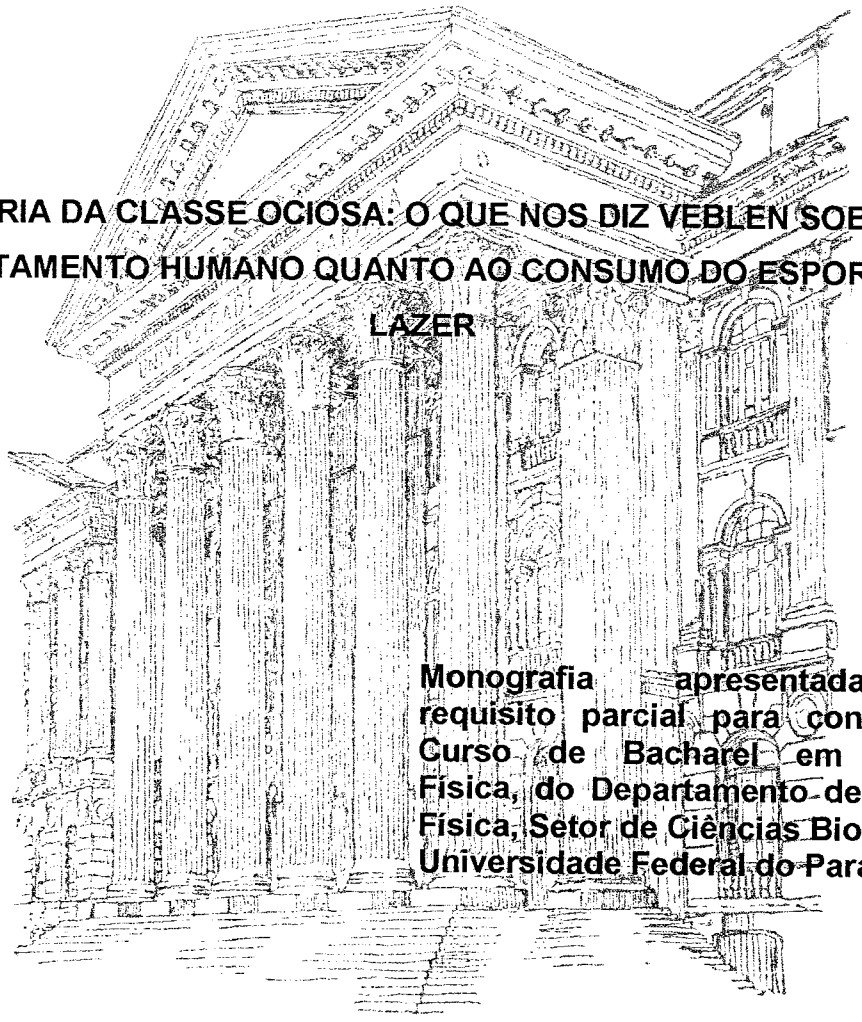
ALINE BARATO CHELUCHINHAK



A TEORIA DA CLASSE OCIOSA: O QUE NOS DIZ VEBLEN SOBRE O COMPORTAMENTO HUMANO QUANTO AO CONSUMO DO ESPORTE E DO LAZER

Monografia apresentada como requisito parcial para conclusão do Curso de Bacharel em Educação Física, do Departamento de Educação Física, Setor de Ciências Biológicas, da Universidade Federal do Paraná.

CURITIBA

2007

ALINE BARATO CHELUCHINHAK

A TEORIA DA CLASSE OCIOSA: O QUE NOS DIZ VEBLEN SOBRE O COMPORTAMENTO HUMANO QUANTO AO CONSUMO DO ESPORTE E DO LAZER

Monografia apresentada como requisito parcial para conclusão do Curso de Bacharel em Educação Física, do Departamento de Educação Física, Setor de Ciências Biológicas, da Universidade Federal do Paraná.

FERNANDO RENATO CAVICHIOLLI

DEDICATÓRIA

Os melhores mestres são aqueles que conseguem "ouvir" seus aprendizes porque não estão ocupados demais em escutar a própria voz, embevecidos.

Os melhores mestres desviam os olhos da própria imagem em direção aos pupilos e são capazes de "vê-los" tal como de fato são, porque não ficam, à distância, levantando hipóteses para explicar aquilo que não entendem a respeito de alguns deles.

Os melhores mestres não precisam encher a boca para gritar aos quatro ventos o que pensam sobre ética. A sua ética se expressa nas entrelinhas do seu discurso, de seus gestos, de seus atos, de seus julgamentos e na atitude que adotam em determinadas circunstâncias – campos nos quais revelam também a personalidade.

Os melhores mestres têm consciência do efeito que podem produzir suas palavras e são cuidadosos no seu uso. Quanto mais considerados pelo seu saber ou sucesso profissional, os melhores mestres costumam ser mais sensíveis e imparciais em suas avaliações sobre as capacidades, habilidades, maturidade e retidão de caráter dos alunos, pois sabem que, por serem referência, o peso de suas palavras tem grande influência na formação de opinião, podendo beneficiar ou prejudicar a vida profissional ou até mesmo a vida pessoal dos alunos.

Os melhores mestres fazem questão de socializar o conhecimento e nunca "guardam" para si mesmos o seu saber para manter status.

Os melhores mestres são sempre exigentes porque esperam o "melhor" de seus alunos, mas costumam ser generosos e tolerantes quando estes não conseguem corresponder às suas expectativas.

Todas essas "sabedorias" aprendi nas relações com aqueles professores que fizeram diferença em minha vida, inclusive na acadêmica que – graças a eles – não acaba agora; ao contrário, está apenas começando. Refiro-me aos melhores mestres.

A eles dedico este trabalho – meus primeiros passos pelos caminhos da Ciência.

AGRADECIMENTOS

Eterna gratidão à minha mãe Carmem Lúcia Barato por estar presente em todos os momentos da minha vida, oferecendo todo o suporte necessário ao meu crescimento. Admiro, respeito, amo você.

Agradeço imensamente ao meu orientador Fernando Renato Cavichiolli pelos ensinamentos, pela confiança, pela compreensão, pela amizade, pela atenção e pelas oportunidades. Sua sensibilidade, presteza e generosidade fazem de você mais que um dos "MELHORES MESTRES". Você é, acima de tudo, uma das melhores pessoas que conheci.

SUMÁRIO

RESUMO ..... **vi**
ABSTRACT ..... **vii**
1. INTRODUÇÃO **1**
2. CAPÍTULO 1: PASSO A PASSO, A COMPREENSÃO DA TEORIA DA CLASSE OCIOSA **4**
2.1. AS FAÇANHAS, AS PROEZAS, O ESPÍRITO BELICOSO: O HÁBITO DE VER SOB A ÓTICA DA LUTA 5
2.2. A OSTENTAÇÃO DA RIQUEZA, O ÓCIO E O CONSUMO CONSPÍCUOS: O INCESSANTE EXERCÍCIO DA EMULAÇÃO 10
2.3. O PADRÃO DE VIDA PECUNIÁRIO, AS REGRAS DO GOSTO E A EXPRESSÃO DE UMA CULTURA: UM OLHAR DE REPROVAÇÃO 28
3. CAPÍTULO 2: O CONSUMO DO ESPORTE E DO LAZER E AS POSSÍVEIS CONTRIBUIÇÕES DE VEBLEN: DESVENDANDO MOTIVAÇÕES **45**
4. CONSIDERAÇÕES FINAIS **51**
REFERÊNCIAS **58**

RESUMO

Devido à importância atribuída ao esporte e ao lazer em nossa sociedade, nas últimas décadas esses dois temas têm sido objeto de estudo e de discussões na comunidade acadêmico-científica. Isso é compreensível uma vez que se constituem em manifestações culturais da humanidade que muito têm se desenvolvido bem como em instrumentos para a análise do comportamento humano e da sociedade, além de contribuir na adoção de medidas voltadas ao controle individual e social da violência. Do reconhecimento dessa importância decorrem esforços da mencionada comunidade no sentido de compreender, ampliar e democratizar práticas de esporte e lazer que atendam às necessidade sociais e individuais. Entendemos que a criação/existência/satisfação das necessidades sociais e individuais de lazer envolve "hábitos de consumo", os quais estão ligados aos "estilos de vida", sendo que ambos têm estreita conexão com a cultura, no sentido de que ela aborda muito mais do que aquilo que os indivíduos fazem de fato; ela comporta também, e principalmente, as idéias que eles têm em comum acerca do que fazem e sobre os objetos materiais que usam. O presente trabalho tem por objetivo apreender as idéias preconizadas por Veblen em sua obra "A Teoria da Classe Ociosa" – especialmente no que diz respeito ao consumo do esporte e do lazer; refletir sobre elas e, finalmente, pensar sua aplicabilidade na atualidade. Para tanto, reproduzimos e analisamos a referida obra pontuando seus aspectos mais relevantes, incluindo reflexões sobre a forma como seu discurso foi apreendido por autores brasileiros da área da educação física e das ciências sociais. A leitura criteriosa de "A Teoria da Classe Ociosa" nos instiga à reflexão sobre a natureza humana, sobre as relações sociais e outras questões sugeridas pelo autor e nos permite afirmar que muito da análise e das proposições de Veblen, ainda hoje, podem ser consideradas pertinentes e encontram aplicabilidade.

Palavras-chave: A Teoria da Classe Ociosa, Comportamento Humano, Consumo do Esporte e do Lazer.

ABSTRACT

Considering the importance given to sports and leisure in our society, both themes have been studied and widely discussed among the academic and scientific community the last decades. This is very understandable since these are cultural manifestations of humanity, and they have been developing as instruments for human and society behavior analysis, and also contributing on the adoption of some measures driven to the individual and social control of violence. The recognition of such importance provides efforts from this community to understand, improve and democratize sports and leisure practices that may support individual and social needs. We understand that the creation/existence/satisfaction of individual and social leisure demands involve "consumption habits", which are related to "lifestyles", considering that both are slightly connected to culture, by the fact that it reflects much more than the individuals actually do. It strongly supports also the common ideas from both about what they do and which materials they use. The aim of the presented work was to learn the ideas of Veblen expressed in his work "The Theory of the Leisure Class" – especially about sports and leisure consumption, reflecting and finally thinking about their applicability nowadays. Veblen´s work was reproduced and analyzed in order to point out the most relevant aspects, such as reflexions on how his speech was adopted by Brazilian authors from physical education and social sciences area. The thorough reading of "The Theory of the Leisure Class" leads us to a reflection about the human nature, about the social relationships and other questions suggested by the author, and also allows us to affirm that great part of Veblen´s analysis and proposals can be considered pertinent and applicable still today.

Key-words: The Theory of the Leisure Class, Human behavior, Sports and Leisure Consumption.

1. INTRODUÇÃO

Devido à importância atribuída ao esporte e ao lazer em nossa sociedade, nas últimas décadas esses dois temas têm sido objeto de estudo e de discussões no meio acadêmico-científico. Isso é compreensível uma vez que se constituem em manifestações culturais da humanidade que muito têm se desenvolvido.

É fato que, no Brasil, do reconhecimento dessa importância decorrem esforços da mencionada comunidade no sentido de compreender, ampliar e democratizar práticas de esporte e lazer que atendam às necessidades sociais e individuais – a despeito de todo tipo de interesses envolvidos na questão e das divergências quanto ao posicionamento de estudiosos em relação às diferentes abordagens que deram origem ao debate.

Esse movimento está associado à constatação de que estudos sobre os referidos fenômenos podem constituir-se em instrumentos para a análise do comportamento humano e da sociedade, bem como para a adoção de medidas voltadas ao controle individual e social da violência e, conseqüentemente, para a promoção da saúde.

Entendemos que a criação/existência/satisfação das necessidades sociais e individuais de lazer envolve "hábitos de consumo", os quais estão ligados aos "estilos de vida", sendo que ambos têm estreita conexão com a cultura, no sentido de que ela aborda muito mais do que aquilo que os indivíduos fazem de fato; ela comporta também, e principalmente, as idéias que eles têm em comum acerca do que fazem e sobre os objetos materiais que usam.

Ressaltamos a relevância e a atualidade da obra de Thorstein Veblen: "A Teoria da Classe Ociosa", como importante referencial teórico em estudos acerca do consumo de bens materiais e culturais. A referida obra tem sido fonte de pesquisa e objeto de reflexão para muitos autores brasileiros. Foi por meio dela que os conceitos de ócio e consumo conspícuos foram difundidos e passaram a fazer parte dos discursos de alguns pesquisadores da área da Educação Física que utilizam autores das ciências sociais.

Os conceitos acerca do tema abordado têm chegado ao aluno da graduação por meio de releituras de autores-pesquisadores que participam da

comunidade acadêmica. Esses leram e analisaram as fontes originais para que pudessem discutir conceitos, considerando as condições em que foram preconizados. E dirigem-se uns aos outros pressupondo tal conhecimento, utilizando-se de uma linguagem a que estão habituados e de expressões ou termos que reportam ao contexto onde foram originalmente utilizados. Não tendo "bebido na mesma fonte", ficamos à margem do debate acadêmico. O máximo que conseguimos é repetir jargões, passando longe, muitas vezes, da significação que pretendera, tanto quem criou tais conceitos como quem discorreu sobre eles. Afinal, "a escola e a universidade deveriam servir para fazer entender que nenhum livro que fala de outro livro diz mais sobre o livro em questão" (CALVINO, 1993, p.12).

Decorre daí o interesse em aprofundar os conhecimentos acerca do tema em questão, buscando informações em fontes originais, a começar pela obra citada, questionando: o que nos diz Veblen sobre o consumo do esporte e do lazer e como se aplicam suas idéias na atualidade?

O presente trabalho tem como objetivo a reflexão teórica sobre o conteúdo e a aplicabilidade das idéias de Veblen em análises que envolvem práticas de esporte e lazer em nossa sociedade.

O estudo desenvolvido seguiu o curso delineado com base nas possibilidades de realização. Assim, a primeira etapa foi a seleção do material: "A Teoria da Classe Ociosa" de Thorstein Veblen e diversas produções de pesquisadores brasileiros sobre a obra em questão.

Na seqüência, procedemos à leitura da obra, durante a qual refletimos sobre as abordagens de Veblen acerca do esporte e do lazer, especialmente no que se refere ao seu consumo.

Paralelamente, introduzimos considerações de autores brasileiros das áreas de economia, história e sociologia do esporte, lazer e educação física que fazem referência a ela, a fim de explicitar como os mesmos apreenderam o discurso do clássico em questão. Oliveira (1995; 2002), Gebara (1999; 2002), Monastério (2005), Carmo (2002), Ghiraldelli (1994) complementaram, portanto, o referencial da pesquisa.

A estrutura do texto que segue reflete o caminho percorrido durante a leitura. Assim, o primeiro capítulo apresenta a reprodução e análise da obra "A Teoria da Classe Ociosa" de Veblen e busca discutir seus aspectos mais

relevantes. No segundo capítulo discorremos sobre as contribuições de Veblen em estudos sobre o consumo do esporte e do lazer. Para concluir, nas considerações finais, abordamos a possível aplicabilidade das idéias preconizadas pelo referido autor na sociedade atual – especialmente no que tange ao consumo do esporte e do lazer.

2. CAPÍTULO 1: PASSO A PASSO, A COMPREENSÃO DA TEORIA DA CLASSE OCIOSA

A Teoria da Classe Ociosa: um estudo econômico das instituições foi publicada em 1899, nos Estados Unidos, tornando célebre o seu autor: o economista e filósofo Thorstein Bunde Veblen (1857 – 1929).

De início, é preciso esclarecer que esta obra de Veblen é um estudo econômico, como ele próprio enfatiza, não só no subtítulo, mas no decorrer de suas considerações a respeito dos diversos temas ou assuntos nela abordados. Exemplificamos.

> Este estudo não tem por objeto os primórdios da indolência nem o aparecimento de artigos úteis para o consumo individual. Seu objeto é a origem e natureza de uma classe ociosa convencional, de um lado e, de outro, o início da propriedade individual, como um direito convencional ou um apelo a seu reconhecimento (VEBLEN, 1974, p. 289).

Oliveira (1995) chama a atenção para essa questão:

> [...] talvez, um destes imprevistos pudesse estar na enorme acolhida que a obra alcançou entre estudiosos do lazer, tomando-se referência obrigatória na área. Não, evidentemente, que isso fosse imerecido e sim que não foi nesta direção que a obra foi concebida. Não é ela, em termos próprios, uma reflexão do lazer. Já no subtítulo, o autor especifica tratar-se de um estudo econômico, embora nem todo editor tenha zelado para preservar este registro (p.23).

De acordo com Oliveira (1995), a obra pontua temas vinculados à estratificação e mobilidades sociais, ao surgimento da instituição da classe ociosa, bem como às relações destas questões com a consolidação da propriedade privada.

Veblen (1974) dedica boa parte do seu texto ao exame da tensão existente entre os hábitos de pensamento industriais e os pecuniários, uma vez que as lógicas desses dois tipos de instituição são notoriamente incompatíveis.

2.1. AS FAÇANHAS, AS PROEZAS, O ESPÍRITO BELICOSO: O HÁBITO DE VER SOB A ÓTICA DA LUTA

No primeiro capítulo do seu livro, Veblen (1974) discorre sobre o surgimento da instituição da classe ociosa, situando-o – em seu pleno

desenvolvimento – nos estágios mais avançados da cultura bárbara. Ao citar a Europa e o Japão feudais como exemplos, aponta as perceptíveis diferenças entre as classes naquelas comunidades, sendo que as de maior importância econômica eram as diferenças de ocupação: as classes mais altas desempenhavam funções honoríficas – a guerra e o sacerdócio. O fato de as classes altas não desempenharem funções industriais era a expressão econômica de sua superioridade. Na Índia bramânica – comunidade de cultura bárbara mais avançada –, guerreiros e sacerdotes eram isentos de funções industriais. Em comunidades como aquela, a classe ociosa caracterizava-se por uma subdivisão em subclasses marcadas pela diferenciação de funções. Todas as classes incluídas (nobres, sacerdotais e grande parte dos seus agregados) tinham ocupações diferentes dentro da classe ociosa. E todas eram ocupações não industriais: governamentais, guerreiras, religiosas e esportivas.

O autor continua retrocedendo até um estágio anterior de barbarismo, que não o primeiro. As diferenças não eram tão precisas nem entre as classes, nem entre as funções dentro da classe ociosa. Todo trabalho voltado para a subsistência da comunidade cabia exclusivamente à classe inferior, que incluía escravos, outras pessoas dependentes e, usualmente, todas as mulheres. Somente aquelas da mais alta aristocracia não estavam sujeitas ao trabalho. Por costume firmemente estabelecido, tal como nas sociedades feudais, os homens das classes superiores eram "proibidos" de exercer funções industriais. Suas funções eram aquelas que dominavam o esquema de vida das classes altas: governamentais, guerreiras, religiosas e esportivas. Quando o esquema de vida era definido já nitidamente, até mesmo os esportes não eram considerados atividade legítima para os membros da classe mais alta. Os que estavam mais baixo na classe ociosa podiam desempenhar certas funções desde que tivessem alguma relação com as ocupações próprias daquela classe. As classes inferiores eram excluídas de atividades honrosas.

O que temos até aqui: 1) a classe ociosa se dá no interior das classes altas; 2) apesar de a instituição da classe ociosa ter surgido, em seu pleno desenvolvimento, nos estágios avançados da cultura bárbara, já existia a classe ociosa – diferenciada pelo tipo de ocupação – em comunidades situadas num estágio de barbarismo anterior ao feudal; 3) em todas as comunidades citadas, o tipo de ocupação das classes altas não eram industriais; 4) as

classes inferiores sempre desempenharam funções industriais; 5) mesmo pertencendo a classes altas, as mulheres desempenhavam funções industriais – excetuando-se aquelas da mais alta aristocracia; 6) expressões como "significação econômica", "expressão econômica de sua superioridade" evidenciam que as instituições são analisadas pelo autor do ponto de vista da economia; 7) tanto nas sociedades feudais como nas comunidades do estágio anterior, para os homens das classes altas, as funções eram "rigidamente definidas por costume firmemente estabelecido ou pelo bom senso da comunidade" – e, como será visto, o autor pontuou essas expressões intencionalmente, a fim de destacar a importância das instituições na conduta humana.

Recuando ainda mais, Veblen (1974) nos conduz aos primeiros estágios da cultura bárbara, quando, segundo ele, não mais se encontrava a classe ociosa claramente definida. Mas os usos, motivos e circunstâncias que resultaram na instituição da classe ociosa anunciavam o início de sua evolução. Existia diferenciação de funções, que era a base de uma estratificação social. A classe superior ainda estava vinculada de alguma forma ao trabalho. Como exemplo, o autor cita as tribos caçadoras nômades. A diferenciação econômica era marcada pela distinção (de caráter competitivo) entre as ocupações femininas e masculinas. Por costume inabalável, enfatiza ele, as mulheres eram forçadas às tarefas que, no estágio seguinte, seriam as ocupações industriais. Os homens se ocupavam da guerra, da caça, dos esportes e rituais de devoção. Explica o autor que na cultura bárbara mais primitiva, apesar de o trabalho feminino e masculino contribuírem igualmente para a subsistência do grupo, de o trabalho dos homens ter o mesmo caráter produtivo do trabalho das mulheres, não era assim considerado aos olhos deles e da comunidade. Para aquelas tribos, o trabalho masculino era honroso. O esforço da caça, que envolvia proeza, não podia ser igualado às atividades rotineiras das mulheres. Infere-se daí, que uma atividade tem o significado que a ela atribui tanto o indivíduo quanto a sociedade da qual faz parte. Esse senso profundo de disparidade entre o trabalho masculino e feminino, essa discriminação nas ocupações estará presente na divisão em classes – uma ociosa e uma trabalhadora – na cultura bárbara mais alta. As funções dessas mulheres correspondem àquelas que, em estágios mais avançados, viriam a

ser as industriais (desempenhadas pela classe inferior). Já as funções masculinas subsistiriam nas tarefas classificadas como não industriais.

Conduzidos pelo autor, finalmente, chegamos a grupos que apresentavam traços de selvageria primitiva: uma cultura diferenciada das comunidades bárbaras – em seu modo de vida – pela ausência de uma classe ociosa e da atitude espiritual em que se apóia a sua instituição. Tais grupos eram pacíficos, sedentários, e não tinham a propriedade como traço dominante.

Aponta o autor que a ausência da classe ociosa e das condições necessárias ao surgimento dela nessas comunidades indicam que o seu surgimento – gradual – se deu durante a transição da selvageria para o barbarismo (de um modo de vida pacífico para um modo de vida guerreiro).

Retornando com Veblen à sua época, chegamos ao ponto de partida de sua análise: a sociedade norte-americana no final do século XIX. Segundo ele, mesmo numa moderna comunidade industrial, a diferença indicada ainda persistia como preconceito corriqueiro – o que se comprovava, afirma, pela aversão que se tinha às tarefas servis.

Para Veblen (1974), os princípios que regem o estilo de vida das classes ociosas estão presentes na história das sociedades, mudando apenas a forma de expressão, em razão do interesse dominante do tempo que os focaliza.

Nos primeiros estágios da cultura, a força física do indivíduo era muito importante para seu modo de vida. Por isso esse elemento era valorizado. Tanto que, aliado ao temperamento, influenciou na divisão do trabalho. A caça e a luta – de natureza predatória – eram atividades ligadas à proeza, ao espetacular. Assim, o trabalho masculino não tinha caráter produtivo, mas correspondia à aquisição pela força de substância nova. E uma vez assim estabelecido, qualquer atividade que não envolvesse proeza tornava-se indigna do homem por não ser honrosa. Firmada a tradição, o senso comum da comunidade passava a aceitá-la como regra de conduta. Da mesma forma, as tarefas que não denotavam proeza ou que implicavam subserviência ou submissão eram consideradas indignas. A função de moldar a matéria (trabalho assíduo, uniforme, rotineiro) não exigia proeza. Fica claro que a discriminação entre as classes coincide com a discriminação entre os sexos.

Para o autor, tal discriminação era ofensiva e injusta, principalmente pela conotação desagradável que ganhava o trabalho.

> Sempre e em toda parte prevalece necessariamente um hábito particular de se distinguir e classificar os vários fins e direções da atividade social, porque tal hábito é indispensável na consecução de uma teoria ou esquema exeqüível de vida. Um determinado ponto de vista ou a característica específica que é tomada como definitiva na classificação dos fatos de vida, dependem do interesse que preside à discriminação de tais fatos. É claro, portanto, que os fundamentos de determinada discriminação e o critério na classificação dos fatos mudam à medida que a cultura evolui; isso porque muda o fim em função do qual se apreendem tais fatos, mudando o ponto de vista dominante. Em suma, os traços salientes e decisivos de um tipo de atividade ou de uma classe social num determinado estágio de cultura não terão a mesma importância relativa para os fins de classificação num estágio subseqüente (VEBLEN, 1974, p. 283).

Esclarece o autor que a mudança de padrões e pontos de vista é gradual, sendo que os mesmos dificilmente são, de todo, eliminados. A discriminação percebida pelo autor em sua sociedade, seria a manifestação da forma transformada daquela entre proeza espetacular e trabalho desagradável e rotineiro dos primeiros estágios da cultura bárbara. A guerra, a política, o culto público e os espetáculos populares, na sua época (há apenas um século), continuavam sendo consideradas atividades não produtivas.

Em sua análise, o autor nota que os conceitos de dignidade, valia e honra – aplicados a determinados indivíduos ou determinadas atividades – eram fundamentais no tocante ao desenvolvimento das classes e também ao desenvolvimento das diferenças entre elas. E para explicar a origem e a significação daqueles símbolos de status, assim expôs seu fundamento psicológico:

> O homem por necessidade seletiva é um agente. Ele se vê a si próprio como o centro do desenrolar de uma atividade impulsiva, de uma atividade "teleológica". Ele é um agente que em cada ato procura a realização de algum fim concreto, objetivo, impessoal. Sendo um tal agente, ele tem preferência por atividade eficaz e repugnância por esforço fútil; sente o mérito da eficiência e o demérito da futilidade, do desperdício, da incapacidade. Esta atitude ou propensão pode-se denominar de instinto de artesanato. Sempre que as circunstâncias ou as tradições de vida levam a uma comparação habitual entre indivíduos, no tocante à eficiência, o instinto de artesanato resulta em emulação ou disputa entre eles. A extensão deste resultado depende, de modo considerável, do temperamento da população. Nas comunidades em que usualmente se fazem tais comparações, o sucesso se torna em si mesmo, desejável pela sua utilidade como base de estima social. O indivíduo ganha estima e evita censura tornando bem evidente a sua eficiência. O resultado é

> que o instinto de artesanato produz demonstração emulativa de força (VEBLEN, 1974, p. 286).

A compreensão desse fundamento é também necessária porque dela decorrem reflexões importantes sobre o tema que abordamos no presente trabalho.

Monastério (2005) considera que a análise do comportamento humano feita por Veblen consiste em uma das mais relevantes contribuições para a teoria econômica. De acordo com ele, na abordagem Vebleniana, uma análise do comportamento humano deve incorporar estas duas formas de relação: a razão suficiente e a causa eficiente. Em sentido equivalente, afirma, a conduta humana é motivada por fatores racionais e habituais, conjuntamente. Nessa concepção de homem, os elementos que o compõem (instintos, hábitos e racionalidade) estão interligados.

> Como outros animais, o homem é um agente que atua em resposta a estímulos produzidos pelo ambiente em que vive. Como outras espécies, ele é uma criatura de hábitos e propensões. Entretanto, em grau mais elevado que as outras espécies, o homem medita sobre o conteúdo dos hábitos que o guiam, e avalia a tendência desses hábitos e propensões. Ele é notadamente um agente inteligente. Por necessidade seletiva, ele é dotado com uma inclinação para as ações intencionais (VEBLEN, 1934 *apud* MONASTÈRIO, 2005, p.5-6).

Oliveira (1995) definiu as propensões que Veblen denominou também de instinto de artesanato:

> Trata-se da propensão íntima dos homens em selecionar e agir, discernindo bem os esforços que geram futilidades das práticas eficientes, aquelas capazes de por em evidência as proezas e, assim, de granjear respeito e aumentar a auto-estima. O instinto de artesanato produz, então, uma emulação de força, que se realiza, entretanto, de diferentes modos, conforme o estágio cultural de cada comunidade (p.24).

Depreende-se daí que, em qualquer sociedade, a atividade do homem visa evidenciar sua eficiência.

Naquelas comunidades, habitualmente pacíficas, num estágio primitivo de desenvolvimento social, já que o mesmo não tinha um sistema desenvolvido de propriedade privada, o indivíduo mostrava eficiência cooperando para melhorar a vida do grupo. Só havia oportunidade e o estímulo à emulação em serviço industrial.

Quando a comunidade pacífica se tornou predatória, as condições de emulação se modificaram, a comparação tornou-se mais impiedosa e, ao mesmo tempo, cada vez mais aceita. Os sinais visíveis da proeza foram internalizados. Como a ação agressiva era a mais valorizada, os despojos simbolizavam o ato da agressão. A posse de objetos úteis e serviços obtidos pela força ou fraude eram considerados dignos enquanto o trabalho produtivo e a prestação de serviço a alguém eram deméritos. O trabalho assumiu um caráter desagradável pela indignidade que simbolizava.

O autor supõe que sempre tenha existido luta, inclusive nos estágios mais primitivos de desenvolvimento social. Na transição do estágio pacífico para o subseqüente, a guerra passa a ser aceita e valorizada. Os hábitos dos grupos primitivos o comprovam. As lutas são acentuadas pela natureza humana, diz ele.

Diante da possibilidade de objeções quanto à existência de um suposto estágio inicial de vida pacífica, Veblen esclarece que se referia à existência de um estado de espírito habitualmente belicoso, a um hábito dominante de ver sob a ótica da luta.

Veblen caracteriza como pacífica a vida de um grupo em cujo pensamento a luta habitual não é um traço dominante. Um grupo pode ou não adotar uma atitude predatória; mas uma vez adotada, o seu esquema de vida será o predatório. Gradualmente aumentarão aptidões, hábitos e tradições predatórias, devido às mudanças de vida no grupo e de circunstâncias que reproduzem a preferência desse modo de vida ao modo de vida pacífica.

2.2. A OSTENTAÇÃO DA RIQUEZA, O ÓCIO E O CONSUMO CONSPÍCUOS: O INCESSANTE EXERCÍCIO DA EMULAÇÃO

O ócio e a propriedade, para Veblen (1974), eram elementos da estrutura social, fatos convencionais. E do mesmo conjunto de forças econômicas e no curso da mesma evolução cultural, segundo ele, coincidiu o aparecimento de uma classe ociosa e o início da propriedade (entendida como direito convencional sobre as coisas alheias). Antes disso, homens e mulheres apropriavam-se de objetos de uso para consumo individual, sem que lhe atribuíssem a condição de propriedade. A primitiva divisão em classes (uma

ociosa e uma trabalhadora) decorreu da discriminação entre os trabalhos masculino e feminino. E a mais antiga forma de propriedade consiste na propriedade do homem capaz pela mulher. Inicialmente as mulheres eram roubadas do inimigo, exibidas como troféus e escravizadas. Instituiu-se, assim, o casamento-propriedade e a família chefiada pelo homem. A escravidão estendeu-se depois a outros cativos e dependentes e o casamento-propriedade a outras mulheres que não as tomadas do inimigo.

O resultado da emulação (o desejo dos homens de se igualar ou superar a outros em seus méritos visando ostentar sua honorabilidade) nas condições de vida predatória foi uma forma imposta de casamento e o costume da propriedade. Era a forma de ostentar o êxito obtido em suas atividades, valorizar a proeza. O caráter das duas instituições revela, segundo Veblen, a natureza dominadora dos homens daquelas comunidades. Além das mulheres, os produtos de sua indústria também passaram a pertencer ao proprietário. Gradualmente foi instaurado o sistema de propriedade sobre os bens. Daí resultou uma mudança relevante: o processo econômico passou a ter o caráter de luta pela posse de bens.

O crescimento da propriedade apontava para o aumento das possibilidades do exercício da emulação. O objetivo de vida passou a ser possuir mais em comparação com aqueles que tinham mais. Segundo o autor, de acordo com a teoria econômica, o objetivo da aquisição e acúmulo de bens seria a subsistência (consumo ou a satisfação de necessidades físicas e espirituais). Para ele, entretanto, "o motivo que está na base da propriedade é a emulação" (VEBLEN, 1974, p. 291). Na sociedade industrial, a posse da riqueza conferia honra. A riqueza tornou-se símbolo de status. Isso quer dizer que ocorreu uma mudança psicológica: os hábitos dos seres humanos voltaram-se para a acumulação de bens porque isso era sinônimo de sucesso; a propriedade se tornou a base convencional da estima social, sendo que nenhuma posição honrosa na comunidade era possível sem ela. A emulação pecuniária gerou uma competição pela propriedade. Sendo a propriedade a base da estima popular, tornou-se também elemento indispensável ao respeito próprio. Pelo entendimento do autor, em sociedades nas quais a propriedade dos bens é particular, o indivíduo terá de atingir ao menos certo padrão pecuniário. Ficará insatisfeito se não possuir tanto quanto os demais da sua

classe; sentir-se-á mais confortável se tiver mais que os outros. Logo que se acostuma a novos padrões, a tendência é o desejo de superação em relação aos demais membros do novo grupo ao qual passa a pertencer. Afirma ele que, devido à sua natureza, o homem não se conformaria com o aumento geral de riqueza na comunidade que fosse suficiente para satisfazer as necessidades de todos, pois suas necessidades individuais refletem sempre o desejo de sobrepujar os demais, a fim de ostentar sua honorabilidade. Essa luta tem como base uma comparação odiosa de prestígio entre indivíduos. Conforme Veblen (1974, p. 295), "comparação odiosa é o processo de estimativa das pessoas relativamente ao seu valor". Isso quer dizer que os indivíduos sempre buscam estar em melhor situação que outros de seu grupo, os quais, por sua vez, passarão a desejar se igualar aos primeiros e, depois, superá-los. Nessa comparação ou competição em relação àqueles cuja posição social é mais elevada, cada pessoa passa a ter a medida do seu valor, da sua notoriedade aos olhos dos outros e aos próprios olhos.

O autor reconhece que há fatores individuais que podem motivar a ação individual no sentido de adquirir e acumular bens como, por exemplo, a busca de maior conforto e segurança. Mas o que fala mais alto é o hábito de emulação pecuniária, que acaba moldando a forma escolhida pelo indivíduo para atingir o desejado. Existe também a questão do poder que a riqueza proporciona. De qualquer forma, "sob o regime de propriedade individual, o meio mais fácil de realizar qualquer objetivo é a aquisição e acumulação de bens materiais" (VEBLEN, 1974, p. 294), pois a nota dominante de vida não é a solidariedade como o era antes da passagem para a fase predatória, e sim o egoísmo. Isso quer dizer que a propensão muda somente quanto a sua forma de expressão e quanto aos objetivos próximos da sua atividade.

Segundo Monastério (2005), Veblen, coerente com a abordagem institucional, entende ser inadequado para uma teoria da conduta humana considerar apenas as características individuais mesmo que o propósito seja uma análise estática.

> Na abordagem Vebleniana, a influência das instituições sobre o comportamento individual ocorre por dois canais: impondo normas sociais que restringem sua conduta e agindo sobre os desejos dos agentes. Veblen sustenta que as instituições têm um papel coercitivo na conduta dos indivíduos. O agente, ao buscar aceitação do grupo social em que está inserido, tem seu

> comportamento restringido pelas normas em vigor. A existência das instituições que são externas ao indivíduo, no sentido de que são impostas pela sociedade, dificulta a construção de uma teoria da conduta que leve em conta apenas os indivíduos isoladamente (MONASTÉRIO, 2005, p.6).

Era de se esperar que a luta pecuniária "produzisse" homens trabalhadores e moderados – relata o autor. Mas por influência de outras forças econômicas ou outros elementos do processo de emulação, não foi o que se deu. A não ser nas classes inferiores que, pelo fato de não poderem evitar o trabalho, procuravam executá-lo com eficiência, como única forma de emulação possível. Sendo impossível aos indivíduos dessas classes a aquisição de bens – pois seu ganho era irrisório – restava-lhes a competição em torno da eficiência produtiva e da poupança. Para eles, de certo modo, a luta pecuniária provocou um aumento de diligência e de parcimônia. Ainda assim, de acordo com Veblen, outros traços no processo de emulação (secundários), acabaram por modificar a forma como ela veio a se manifestar tanto entre as classes inferiores como na superior e, conseqüentemente, o rumo da ação dessas classes.

A classe pecuniária superior que, segundo o autor - foi a preocupação de seus estudos – teve sua ação alterada pelas exigências secundárias da emulação pecuniária, o que impediu a efetivação de qualquer tendência na direção da diligência e da poupança, ainda que não estivesse isenta de incentivo para tal. Isso porque, a antiga tradição da cultura predatória (de que era preciso evitar o esforço produtivo por ser indigno dos homens capazes), não só perdurou como se fortaleceu durante o curso da evolução cultural.

Veblen afirma que no estágio predatório não teria havido nenhum incentivo para tal tendência, em função do tipo de distinção entre as ocupações da classe ociosa e da trabalhadora (apenas de cerimonial), visto que as ocupações de ambas contribuíam para o sustento da comunidade. A superioridade da ocupação da classe ociosa em relação à trabalhadora estava na existência do elemento façanha, proeza. A emulação envolvia esse elemento.

No estágio subseqüente (de atividade quase-pacífica) – graças ao avanço da indústria devido à participação de escravos, à manutenção de rebanhos e à existência de uma classe servil de guardas e pastores – o

sustento do grupo deixou de depender de atividades (como a caça) que remetiam aos elementos citados. A riqueza tornou-se, então, o fator importante de diferenciação social e a emulação passou a envolver esse elemento. Foi no momento dessa transição (de um estágio predatório para o pecuniário) que se deu a instituição da classe ociosa de forma consumada, apresentando como traço característico a isenção conspícua de todo trabalho útil. E aqui entram aqueles outros traços no processo de emulação a que se referia o autor.

Segundo ele, para essa classe constituída de indivíduos que, por opção, podiam se isentar do trabalho útil, a riqueza e o ócio não eram desejados apenas por si, para a satisfação das necessidades físicas e espirituais; o objetivo maior era ostentá-los para conseguir uma posição honorífica na sociedade. A aquisição e o acúmulo de riqueza ou poder não eram suficientes para que os indivíduos obtivessem respeito e consideração dos demais membros de sua classe e das outras. Era preciso evidenciar tal riqueza ou poder aos olhos dos outros se abstendo de todo e qualquer trabalho útil, de qualquer atividade relacionada à produtividade econômica. O ócio, portanto, era também considerado um sinal de riqueza, capaz de demonstrar força pecuniária e força superior, ou seja, a possibilidade de viver sem dificuldades no conforto. A prova da riqueza ou de poder, explica o autor, tinha dupla serventia: acentuar a importância do indivíduo aos olhos dos outros e possibilitar a criação e preservação da satisfação própria. E para sentir-se satisfeito, o indivíduo da classe ociosa tinha de viver em ambiente decente, ocupando-se de atividades compatíveis com uma vida mental elevada. Ainda mais que a "vida ociosa, por si mesma e nas suas conseqüências, é linda e nobre aos olhos de todos os homens civilizados" (VEBLEN, 1974, p.297). O autor cita o fato de que desde o tempo dos filósofos gregos até os seus dias era reconhecida e aceita por homens ponderados a necessidade de certo ócio e afastamento dos processos industriais ligados às necessidades da vida cotidiana como requisito uma vida digna, bela ou virtuosa. Notamos que, mais uma vez, o autor faz referência aos hábitos de pensamento, aos processos mentais de substituição e abreviação, à internalização de valores, o que será retomado adiante.

É importante pontuar aqui como era entendido por Veblen o ócio. Diz ele: "o termo ócio, na conotação que tem neste estudo, não implica indolência

ou quiescência" (VEBLEN, 1974, p.300). Significa simplesmente tempo gasto em atividade não-produtiva.

A postura deliberadamente adotada pela classe ociosa (de gastar seu tempo de modo não-produtivo) teria, segundo o autor, duas razões: o sentimento da indignidade do trabalho produtivo e a intenção de demonstrar a capacidade pecuniária de viver uma vida inativa. Em cada estágio de desenvolvimento, conforme esclarece o autor, a prova do trabalho produtivo corresponde a um determinado bem material (um artigo de consumo, geralmente). A prova de atividades não-produtivas também variam. Em se tratando do ócio, assume a forma de bens imateriais: talentos, habilidades, conhecimentos e capacidades. O caráter honorífico das atividades não produtivas pode ser associado aos talentos, habilidades, conhecimentos e capacidades reconhecidamente próprios dos membros da classe ociosa, porque eram adquiridos e aprimorados à custa do emprego de tempo, de esforço e de dinheiro. Logo, quanto maior o domínio e a eficiência demonstrados pelo indivíduo acerca desses bens imateriais, maior era a respeitabilidade por ele angariada, porque também maior teria sido o investimento. Desse modo, uma pessoa cuja família pertencesse por gerações à classe ociosa, teria em sua atitude a marca visível e indisfarçável de tal pertencimento. O conhecimento de línguas mortas, o conhecimento do vestuário, da mobília, as boas maneiras, o conhecimento da música e de outras artes, da linguagem, o hábito da boa educação, os jogos, os esportes, todas essas práticas eram sinais de "bom nascimento", pois pressupunham o dispêndio de energia, tempo e dinheiro que aqueles que se ocupavam do trabalho produtivo não tinham.

Para mostrar o seu distanciamento das classes inferiores, a classe ociosa acabou por cultivar o gosto pelo aprendizado, visando um comportamento cada vez mais requintado e se especializou quanto à qualidade dos bens (imateriais e materiais) a serem consumidos, impondo seu padrão como referência de bom gosto e de distinção. Veblen (1974) concluiu que os hábitos de poupança e atividade não se acentuaram em virtude do exercício dessa espécie de emulação.

Lembra o autor que a instituição da propriedade teria iniciado com a posse de seres humanos: primeiro a mulher e depois outros escravos e que

pelas diferentes circunstâncias da vida, num determinado momento da evolução cultural, o motivo mais importante de sua aquisição passou a ser a utilidade de seu trabalho. Os servos tinham valor pelo serviço que prestavam. Valiam muito como prova de riqueza e como meio para a acumulação de nova riqueza. As mulheres e demais escravos se ocupavam da pessoa do senhor e da produção de bens para ele. Mais tarde, o serviço pessoal do senhor tornou-se a tarefa específica de alguns servos, incluindo-se nessa tarefa os serviços domésticos, enquanto os demais escravos incumbiam-se da produção industrial, distanciando-se de qualquer outra atividade.

Estabelecia-se, então, uma nova divisão do trabalho, sendo que os primeiros, aos poucos, foram se vendo livres da indústria lucrativa. Tal isenção começava pela primeira esposa, estendendo-se às demais quando havia mais que uma e, depois, ao número de servos compatível à importância dada pelo senhor aos cuidados com sua pessoa. Quanto melhor a situação pecuniária do indivíduo, maior a possibilidade de ter à sua disposição servos especializados em cuidados pessoais com a sua pessoa e com o estabelecimento doméstico.

A isenção do trabalho produtivo por parte dos servos provava a riqueza e o poder do proprietário. As mulheres de sangue nobre, é bom lembrar, tinham mais facilidade em conseguir abstenção de qualquer atividade devido às suas origens. Isto, porém, não as excluía da condição de escravas – primeiro do pai e depois do marido. Com a adoção de uma vida sedentária e a possibilidade de obter maior poder ou riqueza pela união a famílias nobres e abastadas, os homens começaram a dar preferência às mulheres oriundas dessas famílias e as comuns foram preteridas, como menos apropriadas para o casamento e não tão apropriadas quanto os homens para a prestação especializada de serviços. Firmada tal tradição, os homens de boa aparência (como deviam ser os criados domésticos), uma vez considerados mais capazes, tornaram-se mais caros e preferidos às mulheres porque demonstravam maior desperdício de tempo e de energia, o que aumentava a respeitabilidade do senhor. Isso explica o fato de a dona de casa com suas criadas terem dado lugar à dama de companhia e ao lacaio. Foi assim que surgiu uma classe de trabalhadores, cuja função era o ócio vicário, o qual consistia na prestação de serviço especializado que tinha a finalidade de aumentar a opulência da vida de seu senhor, um ócio a que estavam obrigados e que não era seu. Tratava-se, portanto, de um ócio que

não visava o próprio conforto, mas o conforto e a respeitabilidade do senhor – cujo ócio se caracterizava peio seu êxito em satisfazer sua inclinação para evitar todo e qualquer trabalho. É notória, portanto, a distinção entre o ócio vicário do servo e o ócio conspícuo do senhor.

Tanto na atitude do criado, como na da esposa, segundo Veblen (1974), tinha de haver a marca da subserviência. O criado tinha ainda que demonstrar pela realização adequada das tarefas e pelo seu comportamento que fora treinado para tal, sem o que ficaria evidente que o patrão era incapaz de pagar pela formação de um criado segundo as regras da etiqueta. Assim, a posse e manutenção de grande número de escravos que nada produziam, aumentava ainda mais o prestígio do senhor, devido à sua capacidade de consumir improdutivamente grande quantidade de diferentes serviços de qualidade. Essa divisão de trabalho mencionada pelo autor se deu entre os criados ou pessoas dependentes, chegando a um ponto em que um grupo trabalhava para o senhor de forma produtiva e outro, sob o comando da esposa, se ocupava em simples consumo ocioso. Pela primeira vez, o serviço pessoal adquiriu o caráter de instituição econômica e teve papel principal no esquema de vida da comunidade. E isso se deu no estágio quase pacífico da indústria.

Segundo Veblen (1974), em sua época, o serviço pessoal ainda tinha importância econômica (principalmente no que tocava à distribuição e consumo de bens), porém menor do que tivera. Logo, o ócio vicário, nos moldes descritos, tinha ficado no passado. Quase não se empregavam criados pessoais ou mesmo os domésticos – em função das facilidades e confortos da vida cotidiana alcançados por meios mecânicos – a não ser pela necessidade da classe ociosa mais alta em conservar a tradição do passado.

Nesse caso, a justificativa para a manutenção de criados domésticos seria a de que os membros da família não poderiam realizar, sem desconforto, todo o trabalho doméstico por duas razões: a primeira é que, conforme mandava o código de etiqueta, tinham de gastar todo o seu tempo e esforço ostensivamente em ócio conspícuo (em visitas, passeios, clubes, círculos de costura, esportes, organizações de caridade, bem como em vestuário e outros consumos decorrentes dos deveres sociais a que se obrigavam); a segunda é que, em conseqüência do consumo conspícuo de bens, as tarefas domésticas cresceram em quantidade e complexidade. O consumidor não conseguiria lidar

com todas as suas aquisições e com o seu modo de vida (tipo de habitação, de vestuário, de mobília, de refeições, de transporte) sem auxílio de serviçais, sem consumir também conspicuamente o serviço alheio.

Para o autor a quem nos referimos, na vida moderna, a realização dos deveres domésticos por criados pagos não deixava de ser uma manifestação modificada de ócio vicário, sendo que o benefício do ócio conspícuo incluía os demais membros da família, cujo esquema de vida também já tinha mudado.

Sem dúvida, Veblen (1974) quis deixar claro que a ostentação de uma vida ociosa implicava o consumo conspícuo (gastos decorrentes de tal ostentação ou inerentes a ela; consumo de bens que serviam para manter e demonstrar o status).

Para ele sempre houve uma diferenciação quanto ao consumo de bens (objetos, serviços e atividades) pelas classes. A classe ociosa vicária, por exemplo, se diferenciava das demais classes trabalhadoras devido à sua ocupação (o ócio vicário). Em decorrência da ocupação tinha de usar librés e utilizar acomodações domésticas espaçosas. Tratava-se do consumo vicário de bens. Outro exemplo de consumo vicário era a alimentação, o vestuário, a moradia e a mobília da senhora e dos demais vinculados ao estabelecimento doméstico.

Nas primeiras fases da cultura predatória, os homens (que constituíam a classe nobre) consumiam aquilo que as mulheres produziam. O consumo improdutivo de bens conferia a eles honorabilidade porque era marca de proeza e requisito da dignidade humana. As mulheres (classe inferior) consumiam apenas o indispensável para que pudessem continuar trabalhando. Mais tarde, o consumo de adornos, iguarias primeiro tornou-se tabu para mulheres, crianças e para a classe servil masculina. Depois o tabu virou costume. Assim, fixou-se um esquema convencional de consumo que não mudaria facilmente.

Durante o estágio quase pacífico de indústria, a classe honorífica consumia os luxos e confortos da vida. A classe servil industrial somente o necessário para sobreviver. Um exemplo citado pelo autor é o consumo de bebidas intoxicantes pelos homens da classe superior, o que, mesmo tornando-se vício, era tido como atributo de masculinidade. Às mulheres era vedado o uso de tais substâncias e o vício por parte delas, de menores ou membros

masculinos da classe inferior era recriminado pelos homens da classe alta e pela sociedade.

Afirma o autor que essa discriminação tinha permanecido até nos povos mais avançados e que, mesmo tendo deixado de ser vedado às mulheres o consumo desse tipo de bebida, a maioria delas conservava ainda a mesma abstinência, por força das convenções sociais em comunidades cujos hábitos de pensamento foram profundamente moldados pela tradição patriarcal (a tradição de que a mulher é propriedade). Isso quer dizer que as mulheres só deveriam consumir o que dava prazer a seus senhores. O autor admite a tendência ao desaparecimento dessa restrição no último estágio pacífico como conseqüência da propriedade particular e um sistema industrial fundado no trabalho assalariado ou na pequena economia doméstica. Mas aquelas tradições que se fortaleceram durante o estágio anterior quase pacífico continuaram influenciando a instituição da classe ociosa e, por decorrência, a vida econômica das épocas seguintes. Resumindo, naquele período, a mulher não tinha deixado, ainda, de ser propriedade; a classe ociosa tinha força para regulamentar as convenções sociais e se especializou quanto à capacidade de consumir com a devida qualidade e quantidade. Logo, as boas maneiras e os modos de vida refinados denotavam o cumprimento à norma de ócio e consumo conspícuos. Era sinal de que a classe ociosa tinha gasto seu tempo e sua energia aprendendo a conduzir corretamente a sua vida de ócio – assimilando, ostentando, criando e impondo seu estilo de vida. Sobre o consumo conspícuo, assim se expressa Oliveira (1995):

> Expressão notabilizada por Veblen, que serve para designar os gastos subordinados à ostentação, marca de um estilo de vida desvinculado da produtividade econômica. Não deve ser confundido com "gastos supérfluos", pois o que rege este consumo é a expressão de "propósitos ostensivos", "símbolos reafirmadores" de uma dada condição social. Ademais, num estágio ulterior da evolução cultural, denominado quase pacífico, e graças ao concurso do instinto de artesanato, o uso do lazer em coisas fúteis foi muito criticado em nome do *otium cum dignitate.* A classe ociosa reafirma seu compromisso com os signos prestigiosos e, portanto, com valores práticos já consagrados. Não se interessa por uma posição de vanguarda, mas quer agora moldar sua imagem associada a signos de qualidade, transformando atividades tidas como supérfluas em algo que contenha algum propósito útil (p. 25).

Para Gebara (2002)

> O livro de Veblen tornou-se célebre pela sua teoria sobre o consumo conspícuo, isto significa que o consumo de qualquer bem, desde os saques pré-históricos, servem basicamente para manter o prestígio social, o status. Uma ironia do capitalismo é que as pessoas que ocupam o topo em um sistema que depende do crescimento das empresas produtoras de mercadorias, expressam sua posição social afastando-se das atividades que signifiquem trabalho, de fato as pessoas efetivamente se ocupam com a exibição conspícua de lazer e diletantismo produzidos pelo trabalho de tantas outras pessoas. Este é o núcleo do pensamento de Veblen em "A Teoria da Classe Ociosa" (p.1).

Gebara (2002) comenta que – apesar de Veblen ter sido difamado em Chicago por causa de suas idéias – sua teoria foi adaptada e que, segundo Adorno, teria sido uma forma de desarmar uma oposição perigosa pela sua recepção. E, concordando com a afirmação de Adorno, escreve: "sem dúvida, a proposição básica de Veblen tem uma natureza devastadora: os ociosos são sempre os poderosos, criam e mercantilizam o significado de seu próprio ócio, nesta medida reconstruindo a cultura, constroem a indústria cultural" (GEBARA, 2002, p. 2).

Seguindo o raciocínio de Veblen (1974), as festas e divertimentos dispendiosos possibilitavam ao homem ocioso o uso dos seus concorrentes (convidados com os quais constituía uma comparação de opulência) no sentido de consumirem vicariamente por ele. Ao mesmo tempo, ainda testemunhavam o refinamento de etiqueta do anfitrião e sua impossibilidade de consumir sozinho a grande quantidade de bens valiosos que possuía. À medida que se tornava mais rico, o consumo conspícuo já não bastava ao indivíduo. Era-lhe necessário presentear aos amigos e concorrentes e também convidá-los para eventos sociais, submetendo-os, assim, a usufruir dos seus bens, presenciar sua opulência e, conseqüentemente, contribuir para a sua respeitabilidade.

Reconhece o autor que o costume de reuniões festivas possa ter sua origem em sentimentos de sociabilidade, de religiosidade e de ingênua ostentação. Afirma ele que, mais tarde, quando a classe ociosa atingiu seu pleno desenvolvimento, tais motivos ainda estariam presentes na realização de festividades, "mas elas têm também o fim aludido de comparação quanto ao consumo conspícuo, e com não menor eficácia, apesar da base estranha daqueles motivos mais confessáveis" (VEBLEN, 1974, p. 316). Segundo ele, as

festividades e divertimentos adquiriram a utilidade de consumo conspícuo – característica mantida até os seus dias.

Acreditamos que o autor quis sugerir a presença de um novo traço no processo de emulação que bem reflete aquilo que chamou de espírito belicoso, próprio da natureza humana. O homem ocioso dava vazão à sua inclinação ao domínio, empregando a força física ou pecuniária para impor sua vontade às classes inferiores, utilizando-se delas e do seu trabalho em benefício próprio. Assim ganhava respeitabilidade aos olhos dos outros e aos próprios olhos. E o uso de pessoas da classe inferior não precisava ser ocultado, pois "naturalmente" estavam para servir (como instituição industrial-orientada para a eficiência da produção e melhoria do bem-estar material). Não tendo outra alternativa, o faziam cientes do papel que desempenhavam na estrutura social da qual eram parte integrante. E se isso servia para aumentar a auto-estima do homem ocioso, seguindo a linha de pensamento do autor, perguntamos quanto mais contribuiria para o seu bem-estar, sentir-se capaz de exercer também sobre "seus iguais" (indivíduos das classes superiores) alguma forma de dominação, ainda que velada? E isso se daria não tanto pelo fato dos amigos e concorrentes consumirem vicariamente, em favor do anfitrião (ampliando-lhe a capacidade de consumir conspicuamente), mas pelo fato de fazê-lo sem que se dessem conta de que assumiam – ao menos naquele momento - uma atitude servil que não era compatível ao "temperamento" dos indivíduos que pertenciam à classe ociosa. Dessa forma, na disputa quanto à capacidade de consumo conspícuo, provavelmente estivesse embutido também o desejo de submeter o "amigo" à subserviência.

No interior da classe ociosa, descreve Veblen (1974), também se deu uma divisão. A herança de riqueza ou de fidalguia foi um dos fatores que influenciou na diferenciação entre as camadas que a constituíam. A herança de fidalguia garantia uma vida de ócio, mesmo que o indivíduo não herdasse riqueza suficiente para consumir livremente – requisito indispensável à respeitabilidade do homem ocioso. De acordo com a análise do autor, isso teria dado origem a uma classe formada por "gentis-homens" de meia casta, cuja classificação, segundo o sistema de posições hierárquicas vigente, obedecia o seguinte critério: os que estivessem mais próximos das camadas mais altas da classe ociosa (por nascimento, por riqueza ou pelos dois) eram considerados

superiores em relação àqueles mais distanciados pelo nascimento ou poder pecuniário. Os das camadas inferiores afiliavam-se aos superiores por um sistema de dependência ou lealdade e eram mantidos por seu patrono, tornando-se seus cortesãos dependentes ou servos. Aqueles que por herança de fidalguia eram, por direito, membros da classe ociosa, apenas em parte, eram considerados consumidores vicários. Os que realmente eram dependentes ou servos eram de fato consumidores vicários. As esposas, filhos, criados e dependentes de cada membro filiado ao sistema de dependência ou lealdade também consumiam vicariamente. O consumo e o ócio de todas essas pessoas era um investimento do senhor (patrão) que visava aumentar sua respeitabilidade. As festas representavam uma oportunidade para evidenciar a posição de superioridade do patrono. Para demonstrar a quem cabia o mérito pelo ócio outorgado, os "beneficiados" usavam uniformes, librés e insígnias. Os dois primeiros funcionavam como marca de servidão, real ou ostensiva. Seus usuários se dividiam em duas classes: a de homens livres e de servos. Os serviços que prestavam se dividiam, também, em nobres ou não nobres. Apesar de considerados nobres os empregos ostensivamente predatórios e não nobres os trabalhos produtivos e tarefas servis, se a tarefa servil estivesse ligada à caça e à guerra, ganhava aspecto de honra. Da mesma forma, os serviços sem nobreza executados para uma pessoa muito nobre, poderiam tornar o serviço honorífico.

Na medida em que a indústria pacífica foi se desenvolvendo, o costume de empregar homens de guerra uniformizados deixou de ser um hábito, restringindo-se o seu uso aos servos. O caráter honorífico que poderia ter a libré deixou de existir e ela se tornou apenas a marca do servo.

No desenvolvimento posterior da classe ociosa, acabando o regime de escravidão, houve uma redução gradual no número de consumidores vicários em todas as camadas da instituição, sendo que o dever de consumir pelo senhor continuou sendo assumido pela esposa. Nas camadas mais altas, ela ainda conservou um número maior de servos para auxiliá-la em função da grande quantidade de serviços domésticos. Mas quanto mais baixo na escala social se situava o indivíduo, menor o número de servos com a função de ócio e consumo vicários, até chegar ao ponto em que apenas a esposa cumpria o dever de ócio e consumo pelo marido. O autor chama a atenção para o fato de

que nas modernas comunidades industriais, a classe ociosa estava no topo da estrutura social, sendo a mais considerada. Logo, o seu modo de vida e seus padrões de valores ditavam à toda comunidade as normas da boa reputação. Observar tais padrões passava a ser incumbência de todas as demais classes inferiores da escala. Assim, na tentativa de "imitar" o estilo de vida da camada social imediatamente superior à sua, o chefe de família da baixa classe média, por exemplo, obrigava-se, por força das circunstâncias econômicas, a trabalhar excessivamente para garantir o ócio e o consumo pela esposa e filhos em nome da sua boa reputação. De acordo com a análise do autor, até mesmo nas classes mais pobres, beirando à indigência, as mulheres ainda conservavam a prática do consumo, apesar da impossibilidade de ócio.

Uma vez que, para Veblen (1974), tanto o ócio como o consumo conspícuo serviam para demonstrar a posse da riqueza e que ambos eram convencionalmente aceitos como equivalentes, optar por um dos métodos dependeria de se saber qual deles mais impressionaria as pessoas da sociedade em diferentes situações ou fases de desenvolvimento econômico.

Veblen (1974) percebeu que quanto maior o estímulo, maior o consumo de bens supérfluos, razão pela qual nas cidades mostrava-se mais alto que no campo. O consumo tornava-se elemento muito mais importante no padrão de vida dos que viviam na cidade do que dos que viviam no campo. A população campesina preferia poupar, obter confortos domésticos e entregar-se ao ócio, sendo que esses elementos eram tidos como artigos de consumo conspícuo. O padrão de decência "medido" pelo consumo de bens supérfluos era também mais alto de classe para classe. É nesse sentido que, segundo o autor, cada grupo manifestava domínio e decência pecuniária de diferentes formas, dependendo da reação daquelas pessoas ou grupos a quem queriam impressionar.

Afirma Veblen que havia outros padrões de boa reputação e outros princípios que poderiam determinar a conduta que não a riqueza e suas manifestações. Como exemplo, cita a comparação invejosa nas manifestações de força moral, física, intelectual ou estética – que apesar de diferentes quanto à forma não o eram em substância, uma vez que se relacionavam diretamente ao pecuniário. Alguns desses padrões e princípios acentuariam ou restringiriam a ampla regra fundamental do consumo conspícuo.

De qualquer forma, Veblen (1974) foi capaz de prever o surgimento futuro de uma sociedade altamente consumista – a atual sociedade de consumo.

> Na comunidade moderna há também uma freqüência mais assídua de grandes reuniões de gente que desconhece o nosso modo de vida, em lugares tais como a igreja, o teatro, o salão de baile, os hotéis, os parques, as lojas e semelhantes. A fim de impressionar esses observadores efêmeros e a fim de manter a satisfação própria em face da observação deles, a marca da força pecuniária das pessoas deve ser gravada em caracteres que mesmo correndo se possa ler. É, portanto, evidente que a presente tendência do desenvolvimento vai na direção de aumentar, mais que o ócio, o consumo conspícuo (p. 321).

Veblen (1974) relata que durante a cultura "quase-pacífica" o ócio manteve uma posição muito acima do consumo supérfluo de bens como opção de demonstrar superioridade sobre os outros. Daí em diante, o consumo passou à frente e manteve primazia até os seus dias, embora ainda estivesse longe de absorver toda a margem da produção acima de um mínimo de subsistência.

Para ele o relativo declínio observado no uso do ócio conspícuo como base de boa reputação, resultou não só do relativo aumento de eficácia no consumo como prova de riqueza, mas também de outro fator, presente em todos os homens: o instinto de artesanato, considerado, em certa medida, uma força que se opunha ao exercício do dispêndio conspícuo. Isso quer dizer que o instinto de artesanato passou a moldar a opinião dos homens sobre o que tinha mérito ou não. Como conseqüência ocorreu uma mudança (principalmente de forma) no ócio conspícuo praticado pela classe ociosa moderna em relação àquela classe ociosa da fase "quase-pacífica". A energia que primeiro tinha vazão na atividade predatória seria dirigida para algum fim ostensivamente útil, pois o ócio ostensivamente inútil passara a ser condenado. Entretanto, aquela regra de boa reputação que desaprovava todo o emprego voltado ao esforço produtivo, ainda não permitiria qualquer emprego substancialmente útil ou produtivo. A solução era, então, recorrer ao fictício. E junto com a ficção do emprego útil, segundo Veblen, estaria presente na atividade da classe ociosa um elemento mais ou menos apreciável de esforço útil dirigido para algum fim importante.

Veblen (1974) destaca que o dispêndio conspícuo diz respeito ao gasto com coisas supérfluas, pois não haveria mérito em consumir apenas coisas necessárias à vida. Para explicar o sentido que quer dar ao termo supérfluo, explicita-o.

> O emprego do termo "supérfluo" é a certos respeitos infeliz. Tal como é empregado na vida cotidiana, traz um timbre de condenação. É usado aqui à falta de um termo melhor, que descreva adequadamente a mesma série de motivos e fenômenos, e não deve ser tomado num sentido odioso, como se implicasse um dispêndio ilegítimo de produtos ou de vida humanos. De conformidade com a teoria econômica, o dispêndio em questão não é mais nem menos legítimo do que qualquer outro. Aqui se denomina "supérfluo", porque esse dispêndio não serve à vida humana ou ao bem estar do homem em sua totalidade, não porque seja um desperdício ou um desvio de esforço, ou dispêndio segundo estes se encaram do ponto de vista do consumidor individual que por ele optar. Escolhendo-o, isto encerra a questão da sua relativa utilidade, comparada esta com outras formas de consumo não condenadas por causa da sua superfluidade. Seja qual for a forma preferida de consumo, ou o fim colimado mediante essa preferência, a sua utilidade para o consumidor se baseia na virtude dessa mesma preferência. Do ponto de vista do consumidor individual, a questão do gasto supérfluo não ocorre propriamente no âmbito da teoria econômica. Assim pois, o emprego da palavra "supérfluo" como termo técnico, não implica condenação dos motivos ou dos fins buscados pelo consumidor sob esta regra de dispêndio conspícuo. Mas em outros setores, é digno de notar-se que o termo "supérfluo", na linguagem corrente, implica a condenação daquilo que se caracteriza como "gasto supérfluo". Esta implicação senso-comum é um afloramento do instinto de artesanato. A reprovação popular do gasto supérfluo equivale a dizer que, a fim de estar em paz consigo próprio, o homem comum deve ser capaz de ver em qualquer esforço ou prazer humanos uma intensificação da vida e do bem-estar em sua totalidade. A fim de obter aprovação irrestrita, qualquer fato econômico deve primeiro ser aprovado no teste da sua utilidade impessoal – utilidade do ponto de vista genericamente humano. A vantagem relativa ou competitiva de um indivíduo em comparação com outro não satisfaz a consciência econômica, e, por conseguinte, o dispêndio competitivo não obtém a aprovação da consciência (p. 326-327).

Veblen criticava a teoria econômica tradicional e as práticas de consumo em sua sociedade. Considerava supérfluo qualquer dispêndio que não fosse indispensável à subsistência, ou seja, entendia como supérfluo qualquer dispêndio decorrente de uma comparação pecuniária invejosa, não sendo, para ele, necessário que a pessoa que incorresse em tal dispêndio assim o considerasse. Esclarece que era comum que algum elemento do padrão de vida primariamente supérfluo acabava se tornando na vida do consumidor uma necessidade vital, tornando-se tão indispensável quanto qualquer outro artigo de seu dispêndio habitual. Segundo Veblen, para a indispensabilidade desse tipo de coisa – depois que o hábito e a convenção tinham se formado – estava

posta; pouco importava se o dispêndio era classificado como supérfluo ou não supérfluo na significação técnica da palavra. Nesse sentido, um gasto "habitual" deveria ser classificado como supérfluo na medida em que o costume sobre o qual repousasse pudesse ser atribuído ao hábito de comparação invejosa, na medida em que só tivessem se tornado habituais e normativos com o apoio do princípio de reputação pecuniária ou sucesso econômico relativo.

> Obviamente não é necessário um determinado objeto de dispêndio ser exclusivamente supérfluo a fim de se alinhar na categoria de gasto ostensivo. Um artigo pode ser útil e supérfluo a um tempo, e a sua utilidade para o consumidor pode constar de utilidade e superfluidade nas mais variadas proporções. Os bens consumíveis, e até mesmo os bens produtivos, geralmente revelam os dois elementos combinados, componentes que são da sua utilidade; conquanto, de modo geral, o elemento "superfluidade" tenda a predominar em artigos de consumo, enquanto o contrário é verdadeiro em se tratando de artigos destinados ao uso produtivo. Mesmo nos artigos que à primeira vista parecem servir apenas à pura ostentação, é sempre possível captar a presença de um propósito útil, pelo menos ostensivo; e, por outro lado, mesmo na maquinaria e nas ferramentas inventadas visando a algum processo particular, bem como nos mais grosseiros aparelhos da indústria humana, os traços de consumo conspícuo ou, pelo menos, o hábito da ostentação, usualmente se tornam evidentes em face de um escrutínio mais atento. Seria arriscado afirmar que um propósito útil está sempre ausente da utilidade de qualquer artigo ou serviço, por mais óbvio que seja o desperdício ostensivo do seu propósito original e principal elemento; e seria apenas um pouco menos arriscado afirmar em relação a qualquer produto originalmente útil, que o elemento de desperdício nada tenha a ver, imediata ou remotamente, com o seu valor (VEBLEN, 1974, p.327-328).

Certamente o exposto serviu de inspiração a Gebara (2002) na construção do texto "Veblen, Adorno e as Bicicletas", no qual ele reflete sobre o problema da adaptação do homem ao mundo da técnica industrial e a conseqüente uniformização do consumo denunciada por Veblen e Adorno.

A crítica de Gabara (2002) a Veblen e a Adorno encontra apoio no argumento de Dyson, segundo o qual a ação propulsora do conhecimento pode ser a diversão.

Afirma Gebara (2002) que Veblen e Adorno podem ter subestimado inúmeras possibilidades de resistência aos aspectos bárbaros da cultura, e em especial da cultura de massas, exatamente por compartilharem de um certo ceticismo em relação aos processos de aprendizagem e sua relação com as emoções humanas. Para eles, diz Gebara (2002), o consumidor ao se divertir era envolvido por uma rede de dominações induzindo a aspirações

minimalistas; isto é, o lazer tornava-se um mecanismo de manipulação dos processos de individualização, uniformizando-os irresistivelmente.

Gebara (2002) procura destacar pontos que não foram discutidos por Veblen e Adorno, por meio de um simples exemplo do cotidiano das pessoas.

> No caso das bicicletas, e de muitas formas de lazer e de esportes, o conhecimento necessário para produzi-los pode estar sendo incorporado concomitante a sua prática. Na verdade o ser humano se emociona aprendendo; ainda que estas emoções possam ser diferenciadas, elas se expressam em múltiplos sentimentos. [...] Andar de bicicletas tem a ver com equilíbrio de um sistema que não apenas se renova tecnologicamente, mas sobretudo mantém seus mais profundos vínculos com o passado, quando as estradas ainda não existiam. Todos os tipos de bicicletas (de uso, de carga, de passeio, cross, para não ir muito longe) para todos (homens, mulheres, crianças, duplas) continuam a ser construídas em todos os lugares do mundo. Todas mantêm seu potencial de divertimento, basta pedalar e construir o equilíbrio (GEBARA, 2002, p. 6-7)!

Ainda apoiado em Dyson (1998) – para quem a integração entre as tecnologias e a vida das pessoas não é um fenômeno isento de contradições e múltiplas direções – Gebara (2002) argumenta que muitas inovações tecnológicas instauradas a partir do comportamento das elites são gradualmente democratizadas e incorporadas como benefício para o restante da população, tratando-se, na verdade, de um modelo de circulação cultural no qual comportamentos e hábitos avançam pelos diferentes agentes sociais, constituindo uma sociedade altamente permeável, na mesma medida em que multiplicam-se configurações de convivência entre seus indivíduos.

> Teoricamente todo o desenvolvimento industrial está fundamentado na transformação da ferramenta simples em máquina; o modelo de análise é bem conhecido. O artesão controla suas ferramentas, assumidas como extensões de seus corpos, com se próprio ritmo de trabalho. Na medida em que se acoplam mecanismos de transmissão (correias, polias) e mecanismos de geração de energia (rodas d'água, geradores elétricos) às ferramentas existentes instaura-se um novo ritmo de trabalho baseado no surgimento das máquinas; daí para a maquinaria e as grandes indústrias foram alguns saltos. A questão é que toda a indústria moderna, assim como todo produto industrial moderno integra-se nessa mesma dinâmica; talvez a bicicleta possa ser uma das exceções; ela não apenas depende de uma fonte de energia humana (bicicletas motorizadas não fizeram sucesso, tão pouco fizeram sentido) como também depende do ritmo e do equilíbrio humano para manter o sistema funcionando. Mais ainda, são sem dúvida um produto de uso das massas, não sei se integrados ao que chamaríamos de indústria cultural, ou de fetiche da mercadoria. Talvez algumas bicicletas usadas pela elite possam ser; será que os milhões de chineses e indianos que estão pedalando nesse momento utilizam ou possuam bicicletas tendo em vista o consumo conspícuo? (GEBARA, 2002, p. 5).

Consideramos importante enfatizar que a análise de Veblen (1974) se deu num contexto social político econômico diferente do atual. Apesar de ter acertado quanto à previsão de uma sociedade cada vez mais consumista, ainda há muito que se descobrir sobre as "reais" motivações de determinados grupos ou indivíduos ao consumirem bens materiais e culturais.

2.3. O PADRÃO DE VIDA PECUNIÁRIO, AS REGRAS DO GOSTO E A EXPRESSÃO DE UMA CULTURA: UM OLHAR DE REPROVAÇÃO

Segundo Veblen (1974), a razão imediata dos gastos supérfluos reside principalmente no desejo de manter um padrão convencional de decência quanto ao grau e quantidade de bens consumidos. Entendendo que o padrão é flexível, afirma que também o seria o desejo de consumo das pessoas. Isso porque, na medida em que se habituassem a um aumento na capacidade pecuniária e se adaptassem à ampliação e inovação nos gastos dele decorrentes, estariam desejosas de avançar na escala para um novo padrão e aptas para tanto. Enfatiza a idéia de que tais gastos – que proporcionam bem-estar espiritual – poderiam tornar-se mais indispensáveis do que aqueles necessários para prover o bem-estar físico ou o sustento. Uma vez incorporados, passariam a fazer parte integrante da vida do indivíduo que teria dificuldade em abrir mão deles. Mas se a "regressão" seria difícil, um novo avanço nos gastos conspícuos seria relativamente fácil e se processaria quase que normalmente. A aceitação pública para o "progresso" equivaleria à reprovação em caso de deficiência nesse particular.

Ao longo da obra, Veblen (1974) reforça constantemente a idéia de que o ser humano, movido pela competição, quer sempre mais.

> [...] o padrão de vida que em geral governa os nossos esforços, não são os gastos ordinários comuns, já alcançados; é o consumo ideal pouco além do nosso alcance, ou cujo alcance requer um certo esforço. O motivo é a competição – o estímulo de uma comparação individual que nos instiga a sobrepujar aqueles que estamos habituados a considerar como pertencentes à nossa classe. A mesma proposição é substancialmente expressa na observação comum (em voga) de que cada classe inveja e compete com a classe logo acima dela na escala social, enquanto que raramente se compara com a que fica debaixo ou muito acima (p.329-330).

Assim, pois, ao final das contas, todos os princípios de respeitabilidade e decência e todos os padrões de consumo acabariam se derivando dos usos e hábitos de raciocínio dos da classe social pecuniária mais elevada que, conforme já vimos, seria a classe ociosa abastada. Entretanto, Veblen (1974) acrescenta, a mudança dos hábitos populares de pensamento leva tempo. O processo que resulta na alteração da atitude habitual das pessoas seria mais lento onde a mobilidade da população é menor ou onde a distância entre as classes é maior.

A própria classe ociosa elaboraria os princípios por ela ditados às classes inferiores, sendo que as regras da respeitabilidade teriam de adaptar-se às circunstâncias econômicas, às tradições e ao grau da maturidade espiritual daquela classe, cujo esquema de vida pretendia regular.

Sobre a formação/aquisição e manutenção dos hábitos individuais, Veblen (1974) diz:

> A gradação na facilidade com que se formam os diferentes hábitos em diversas pessoas, assim como na relutância em abandoná-los, indica que a formação de hábitos específicos não é simplesmente questão de sua duração. Tendência e características de temperamento, herdadas, valem tanto quanto o tempo de habituação para determinar quais os hábitos que virão a dominar um esquema de vida individual. E o tipo prevalecente das tendências transmitidas ou, em outras palavras, o tipo de temperamento peculiar ao elemento étnico dominante de qualquer comunidade, terá muito o que dizer sobre o escopo e forma de expressão dos hábitos e da vida desta comunidade. Quanto podem as idiossincrasias transmitidas pesar na formação rápida e definitiva dos hábitos de um indivíduo, é ilustrado pela extrema facilidade com que às vezes se forma o hábito predominante do alcoolismo; ou pela igual facilidade e inevitabilidade de formação do hábito de observâncias devotas entre pessoas dotadas de tendências especiais nessa direção. Quase o mesmo sentido se prende àquela facilidade peculiar de adaptação a um estado (ambiente) humano específico, o chamado amor romântico (p.332).

Esclarece o autor que existem diferenças entre os homens no que toca à herança de determinadas tendências ou propensões. E os hábitos derivados de uma tendência específica mais acentuada exercem grande influência sobre o bem-estar individual. Daí a relutância das pessoas em desistir de qualquer artigo habitual de consumo conspícuo, pois que este constitui-se num hábito cuja aquisição é motivada pela competição (comparação individual).

A competição tem origem antiga e constitui-se numa tendência saliente da natureza humana. Esse elemento está presente na aquisição de artigos habituais de consumo conspícuo. Assim, em comunidades onde os gastos

conspícuos constituam uma parte do esquema de vida, um aumento da capacidade individual de gastar seria direcionado num sentido já consagrado desse gênero de consumo.

Entendemos que Veblen via o homem como produto e produtor de cultura ao mesmo tempo. O comportamento dos seres humanos seria habitual, mas também intencional. De forma que suas ações teriam como base um conjunto de hábitos e circunstâncias que lhes dariam significado ao mesmo tempo em que estariam voltadas para alguma mudança.

Em comunidades em que existia uma tendência para o desperdício conspícuo, diz o autor que qualquer aumento da eficiência ou aumento industrial seria absorvido assim que as necessidades físicas mais elementares dos indivíduos fossem supridas.

Segundo Veblen (1974), o aumento da eficiência industrial possibilitaria, conforme a teoria econômica, a produção de meios de subsistência com menos esforço. Entretanto, para ele, a tendência dos trabalhadores seria a de gastar energia no sentido de produzir mais a fim de atender a demanda da comunidade e aumentar minimamente a própria possibilidade de gastos supérfluos em vez de afrouxar o ritmo para maior comodidade.

Para reforçar o seu ponto de vista a respeito do desenvolvimento tecnológico recorre a uma citação de Mill: "É ainda discutível se todas as invenções mecânicas, até agora feitas, tenham aliviado o labor diário de qualquer ser humano" (VEBLEN, 1974, p.333).

De acordo com a análise de Veblen (1974), o padrão de gastos aceito pela comunidade ou pela classe a que o indivíduo pertencesse exerceria grande influência sobre o seu próprio padrão de vida.

Uma observação feita por Veblen que chamou nossa atenção e que não deve ser ignorada diz respeito à baixa cifra de natalidade, principalmente entre as classes dedicadas à carreira científica, como forma de manter ou alcançar um padrão de vida "decente". Segundo o autor, por causa da suposta superioridade e exclusividade de seus dotes e talentos, tais classes eram tidas em escala social mais elevada do que o permitiriam as suas condições pecuniárias. As expectativas da comunidade e da própria classe em questão no que diz respeito a seus gastos supérfluos eram maiores do que as reais possibilidades. Como esses indivíduos estariam em constante contato com

classes pecuniariamente superiores o padrão de decência pecuniária daqueles infiltrar-se-ia na classe desses cientistas que, conseqüentemente, gastariam a maior proporção dos seus meios com desperdício conspícuo. Em decorrência disso, sobrariam poucos recursos para gastos básicos de manutenção. A provisão de um padrão de vida para os filhos – adequado às expectativas – exigiria grande dispêndio pecuniário. Por isso a ausência ou redução no número de filhos observada nessa classe.

Perguntamos se é possível fazer essa mesma análise na atual sociedade pós-capitalista.

Veblen (1974) faz questão de frisar que o motivo pelo qual agia o consumidor era um desejo de se adequar ao uso estabelecido (no sentido de viver segundo as regras ditadas/aceitas de decência na qualidade, quantidade e grau dos bens consumidos, bem como no digno emprego de seu tempo e esforço), a fim de evitar reparos e comentários desfavoráveis.

Diz Veblen (1974) que o princípio de consumo conspícuo orientava para a formação de hábitos de pensamento (as instituições) quanto ao que era honesto e respeitável na vida e nas "utilidades". Assim também, esclarece, o mesmo princípio estaria presente em outras normas de conduta que tivessem alguma relevância econômica. Logo, o senso do dever, o senso da beleza, o senso da utilidade, o senso da propriedade devocional ou ritualística e o senso científico da verdade seriam influenciados pela regra de dispêndio honorífico.

Segundo ele, onde quer que existisse a instituição da propriedade privada, um dos traços salientes do código de moral seria a inviolabilidade da propriedade, hábito este que estaria permeado por outro: o de procurar a riqueza e ostentá-la visando a boa reputação. Expõe com ironia o comportamento da sociedade em comunidades com tal característica (referindo-se ao próprio meio) quanto à interpretação e aplicação das leis em casos de delinqüência.

> O ladrão ou trapaceiro que granjeou grande riqueza com sua delinqüência tem mais probabilidade do que o ladrão de segunda categoria para escapar à rigorosa penalidade da lei; e alguma boa reputação se lhe acrescenta pelo aumento da sua riqueza e pelo modo descente como gasta os bens irregularmente adquiridos. Um dispêndio sensato do fruto de sua rapinagem apela especialmente para as pessoas que possuem um sentido desenvolvido das conveniências e chega ao ponto de mitigar o senso de torpeza moral com que viam ao princípio à ação delinqüente (VEBLEN, 1974, p. 337).

Nesse caso, argumenta, o hábito de aprovar um elevado grau de dispêndio conspícuo mesclar-se-ia ao hábito de condenar as violações da propriedade. Decorreria daí certa indecisão quanto ao julgamento sobre a delinqüência como algo louvável ou censurável. Seria ela até justificável se possibilitasse a manutenção ou o aumento do grau de dispêndio conspícuo por parte do delinqüente.

Veblen (1974) indica a relação do princípio de gasto conspícuo com o "consumo devoto". Para ele, o exercício do dispêndio honorífico teria muito a dizer na formação do gosto popular a este respeito. Os gastos em edifícios sagrados, vestimentas, acessórios, deveriam estar pecuniariamente acima de qualquer censura. Para todos os homens o senso correto e esclarecido do verdadeiro, do belo e do bom exigiria que em todo o dispêndio com o santuário nada servisse ao conforto físico ao adorador, cujo bem-estar seria alcançado pela satisfação em prestar honras e confortos às divindades.

A ornamentação, a decoração, a luxuosa vestimenta utilizada pelo sacerdote, a decência na indumentária do adorador, o tempo dedicado à atividade religiosa, tudo isso deveria estar à altura da divindade no sentido de agradar-lhe o gosto. E o gosto a ela atribuído seria compatível ao padrão de decência considerado mais elevado.

Assim, o sentimento e a prática devota levariam a grandes dispêndios de riquezas e de tempo por parte dos adoradores (ociosos e consumidores vicários) em benefício do amo e Senhor (divindade), merecedor do que houvesse de melhor (o mais caro e o mais luxuoso).

O autor ressalta que as regras da respeitabilidade pecuniária teriam um efeito ainda maior no critério popular da beleza ou da utilidade dos bens de consumo. A utilidade dos artigos valorizados pela sua beleza dependeria de sua dispendiosidade. Dessa forma, julgar-se-ia mais belo (e, portanto, mais útil ao fim honorífico) o bem pelo qual se pagasse mais caro. E se pagaria mais caro pelos bens que denotassem a presença dos elementos de tradição, de raridade e/ou de novidade.

Segundo ele, a regra do preço caro afetaria o gosto das pessoas a ponto de causar fusão e confusão entre a apreciação dos sinais de preço caro e os belos traços dos objetos.

> A superior satisfação que deriva do uso e da contemplação de produtos caros e considerados belos é, comumente, em grande medida, uma satisfação do seu preço elevado que se mascara de beleza. Nossa grande apreciação do artigo superior é uma apreciação do seu caráter honorífico, com muito mais freqüência do que seria a apreciação sofisticada de sua beleza. O requisito do desperdício conspícuo não está em geral presente, conscientemente em nossa regras de gosto, mas esta presente como uma norma a constranger seletivamente a forma e a continuação daquilo que é belo e a orientar a nossa discriminação no tocante ao que pode legitimamente ser aprovado como bela e ao que não pode. É neste ponto, onde o belo e o honorífico se encontram e fundem que a discriminação entre a utilidade e a superfluidade é mais difícil em qualquer caso concreto (VEBLEN, 1974, p.342-343).

Resumindo, os indícios de preço caro viriam a ser aceitos como traços de beleza dos artigos dispendiosos. Assim também aconteceria que algo belo, mas não dispendioso, não seria considerado belo.

Haveria, segundo o autor, uma variação de gosto de uma classe social para outra quanto aos bens de consumo de acordo com o nível de vida pecuniário da classe. Logo, o "bom gosto" no consumo de bens estaria relacionado ao "bom nascimento". Essa educação estética teria grande efeito no consumo de bens e na sua produção.

Para exemplificar a aplicação aos fatos cotidianos em alguma direção do processo de vida dos princípios econômicos por ele expostos, Veblen (1974) aponta o vestuário como forma de expressão da cultura pecuniária. Conforme a análise que faz, a utilidade maior da indumentária das pessoas não seria a de não-exposição ou proteção do corpo; sua utilidade primeira seria antes a de demonstrar a possibilidade de exercício do ócio e do consumo conspícuos. A adequação e o "bom gosto" implícitos no vestuário faziam deste um símbolo de distinção social, havendo, inclusive, uma linha bem definida, também, quanto às características "apropriadas" à moda masculina e à feminina e/ou sacerdotal.

Defendendo que a necessidade de vestuário era, portanto, uma necessidade "mais alta", para o autor, a lei do dispêndio conspícuo orientava o consumo do mesmo mediante a formação das regras do gosto e da decência.

O vestuário para aqueles que queriam mostrar seu sucesso pecuniário a fim de angariar respeitabilidade, deveria apresentar as seguintes características: ser dispendioso e inadequado à execução de tarefas não dignas. Ou seja: o vestuário elegante "não apenas demonstra que quem o usa

é apto a consumir um valor relativamente grande, mas ao mesmo tempo atesta que ele consome sem produzir" (VEBLEN, 1974, p.364). Para tanto, satiriza o autor, a indumentária feminina, por exemplo, apresentava elementos como chapéus que, devido ao tamanho exagerado, impossibilitavam à usuária qualquer liberdade nos movimentos.

Não podemos deixar que passe despercebida a intenção do autor ao se utilizar de recursos como o humor e a ironia na descrição do modo como se vestiam as pessoas, das alternâncias na moda, bem como dos motivos que orientavam a substituição de uma por outra, e seus efeitos sobre o consumo e a produção de bens. Tomando como exemplo o vestuário, devido à universalidade quanto à necessidade de seu consumo, Veblen (1974) consegue abordar de forma concreta o comportamento de todas as classes sociais. O uso de tais recursos busca ridicularizar a sociedade americana num determinado momento histórico e resulta numa sátira reveladora do olhar de reprovação do autor ao seu modo de vida.

Para ilustrar o efeito alcançado pelo autor em seu texto, colocamos o seguinte fragmento:

> Ninguém terá dificuldade em concordar com a verdade cediça de que a maior parte do dispêndio em que incorrem todas as classes em questão de vestuário é principalmente devida ao interesse pela aparência respeitável, não pela proteção da própria pessoa. E provavelmente, em nenhum outro ponto é a sensação de sordidez tão agudamente sentida como numa decadência do padrão estabelecido pelos usos sociais em matéria de vestuário. E isso é verdade em grau ainda maior do que com relação à maioria de outros artigos de consumo, suportando as pessoas privações ainda mais penosas em outros confortos e necessidades da vida, a fim de se permitirem aquilo que consideram uma soma decente de consumo supérfluo; de modo que não é raro, em clima ríspido, andarem as pessoas impropriamente vestidas a fim de parecerem elegantes (VEBLEN, 1974, p.362). [...] A linha de demarcação entre o vestuário da mulher, do sacerdote e do criado, por um lado, e dos homens por outro, nem sempre é consistentemente observada na prática, mas pouco se duvida da sua presença indefectível, de modo mais ou menos definido, nos hábitos mentais populares. Há, naturalmente, homens livres, e não poucos, os quais, em seu zelo cego pelo vestuário imaculadamente adequado, transgridem a linha teórica entre o vestuário feminino e o masculino, até o ponto de se vestirem com trajes obviamente planejados para torturar o seu corpo mortal; mas todo mundo reconhece, sem sombra de dúvida, que esses trajes masculinos se afastam visivelmente da normalidade. Temos o hábito de qualificar tais trajes de "efeminados"; e ouve-se de vez em quando o reparo de que o cavalheiro tal, de traje excepcional, está tão bem vestido como um lacaio (VEBLEN, 1974, p.370).

Veblen teria observado, ainda, alguma tendência para a criação e uso da moda no sentido de "libertar" os homens do desconforto causado pelas roupas, suprimindo os detalhes responsáveis por ele e acrescendo outros detalhes a fim de manter a elegância e distinção, porém menos incômodos. Entretanto, isso teria ocorrido a longo prazo.

Como já mencionamos, Veblen (1974) acreditava que toda e qualquer mudança nos hábitos de vida e de pensamento acorrem de forma lenta. Segundo a visão do autor, por ser conservadora, a classe ociosa desempenhava o papel de retardar ainda mais qualquer movimento nesta direção. Isso porque, diferente das demais classes, não sofria qualquer pressão das exigências econômicas prevalecentes numa moderna comunidade organizada altamente industrial; não precisava ajustar-se às exigências de uma técnica industrial alterada.

Não lhe cabendo contribuir produtivamente para a sobrevivência da comunidade, sua forma de viver a vida não era afetada, razão pela qual não sentia qualquer desassossego com a situação vigente. Explica Veblen (1974) que esse desassossego é que levaria um conjunto humano a mudanças naquilo que lhe é habitual. Sendo o conservantismo uma característica dos mais ricos, tornara-se sinal de respeitabilidade e exemplo a ser seguido pelas demais classes, ainda que sobre elas incidisse a pressão das circunstâncias, causando-lhes desconforto e insatisfação.

Explica o autor que os membros da classe rica não cederiam às exigências da inovação com a mesma presteza que os demais homens porque não eram a isso constrangidos, de forma que a inovação seria um fenômeno peculiar à classe baixa, e, portanto, vulgar. Isso explicaria a repugnância instintiva a qualquer desvio do modo adotado de fazer ou encarar as coisas (nos hábitos de vida e de pensamento). Uma inovação desencadearia uma alteração de longo alcance nos hábitos mentais dos homens comprometendo outros pontos além daquele mais imediato, desequilibrando, portanto, toda a estrutura social. A repulsa a qualquer inovação equivaleria ao recuo diante de um esquema de vida essencialmente estranho.

Além disso, o processo de reajustamento da teoria de vida aceita envolveria um certo esforço mental contínuo e laborioso – maior do que o destinado à luta diária pela subsistência – para a adequação do

comportamento em vista das circunstâncias modificadas. Como conseqüência, o progresso também seria impedido pela subnutrição e dificuldades físicas excessivas. Isso porque as pessoas muito pobres ou cujas energias eram absorvidas na luta para a obtenção do sustento diário não poderiam realizar o esforço de pensar no dia de amanhã.

A instituição de uma classe ociosa impediria o desenvolvimento cultural de forma mais direta, buscando manter a posição privilegiada por meio da inércia e normatizando o dispêndio conspícuo e o conservadorismo; de forma indireta, o faria mediante o sistema de distribuição desigual da riqueza e do sustento na qual a própria instituição estaria repousada.

Uma conclusão parcial do autor é a de que "as instituições atuais são o resultado de um ajustamento mais ou menos inadequado dos métodos de vida a uma situação que em certa medida prevalecia no desenvolvimento anterior" (VEBLEN, 1974, p.377-378).

O desenvolvimento das instituições econômicas por influência das classes pecuniárias resultaria na conservação do esquema social adotado, bem como na formação do processo industrial de forma a garantir-lhes isenção do trabalho produtivo com o "consentimento" popular, inclusive das classes mais diretamente exploradas.

Explica Veblen que haveria poucas razões para acreditar na possibilidade de uma inovação quanto ao modo coletivo de vida (e conseqüente mudança na ordem social) em sociedades nas quais estivessem presentes as instituições da propriedade privada e da classe ociosa. Em comunidades com tais características, como seria o caso das modernas comunidades industriais, seus membros seriam rivais. Isso porque no regime de emulação, o sucesso, a superioridade imediata de cada indivíduo se daria mediante a capacidade de ultrapassar e/ou prejudicar seus companheiros em dadas oportunidades. Logo, a seleção "natural" para a entrada, saída ou permanência em determinada classe social estaria vinculada às aptidões de cada um para os dois tipos de empregos: pecuniários ou industriais.

Já vimos que o autor dividia as modernas instituições econômicas em duas categorias distintas: a pecuniária e a industrial. Os empregos próprios da primeira teriam relação com a propriedade ou a aquisição e os da segunda estariam relacionados ao artesanato ou à produção.

Uma vez que, segundo ele, os interesses coletivos de tais comunidades se concentrariam na eficiência industrial, o indivíduo seria útil aos fins da comunidade sendo eficiente nos empregos "produtivos". E a honestidade, a diligência, a calma, a boa vontade, a ausência de egoísmo entre outras qualidades e características, afirma, melhor serviriam aos interesses coletivos. Entretanto pouco serviriam ao interesse imediato do indivíduo num sistema movido pela competição. Tais traços se opunham aos inerentes à índole bárbara (relacionada a um estágio de desenvolvimento durante o qual teriam surgido as mencionadas instituições) e, segundo ele, teriam sobrevivido em grau mais elevado na natureza do homem pecuniário. Esse tipo de natureza humana que, a princípio, seria típico somente às classes mais altas seria assimilado pelas classes inferiores tanto pela imposição do esquema de decência pecuniária como pela extração dos seus meios de vida.

Com base no exposto defende o autor que não haveria grande diferença entre as classes inferiores ou superiores quanto ao temperamento, pois a instituição atuaria para baixar a eficiência industrial da comunidade e retardar a adaptação da natureza humana às exigências da vida industrial moderna, contribuído favoravelmente para a conservação dos traços bárbaros tanto na classe ociosa como nas demais. Isso se daria por herança no interior da classe e pela disseminação em seu entorno e também pelo fortalecimento das tradições do regime arcaico.

Se mesmo nas ocupações industriais teriam sobrevivido o temperamento bárbaro e até nesses casos a eliminação seletiva dos traços pecuniários seria um processo incerto, conforme preconizava o autor, era coerente que julgasse remota a possibilidade de as relações humanas se tornarem mais solidárias, a sociedade mais justa e o mundo melhor.

O autor comenta que não teriam sido reunidos dados importantes que pudessem respaldar sua opinião acerca do problema da eliminação ou sobrevivência de traços nas populações modernas. Por isso se propôs a fazer um repasse de fatos cotidianos mais acessíveis a esse respeito para completar sua demonstração.

A classe ociosa moderna – distanciada temporalmente da comunidade predatória e tendo de habituar-se a uma comunidade industrial – viveria mais às custas desta comunidade do que propriamente nela. Suas relações com a

indústria seriam de espécie pecuniária antes do que industrial e seu plano de vida seria em grande parte uma herança do passado, incorporando hábitos e ideais de um período primitivo bárbaro, cujo esquema seria também imposto às ordens inferiores, com maior ou menor moderação.

O esquema de vida primitivo e bárbaro e as convenções (hábitos e ideais herdados) moldariam o material humano no sentido de conservar traços, hábitos e ideais da idade bárbara anterior (idade da proeza e da vida predatória), pois atuariam seletivamente e mediante a educação. Haveria uma constante seleção do material humano constituinte da classe ociosa, sendo o critério seletivo para o ingresso e a permanência na classe, a aptidão para as atividades pecuniárias (mais aquisitivas do que utilitárias). Segundo o autor,

> a expressão mais imediata e inequívoca da natureza humana arcaica na fase predatória é propriamente a sua propensão para a luta. Nos casos em que a atividade predatória é coletiva, esta propensão é frequentemente chamada de espírito marcial, e, recentemente, de patriotismo. [...] O entusiasmo guerreiro e a índole predatória da qual é indício prevalece em maior medida entre as classes mais altas, especialmente na classe ociosa hereditária. [...] A única classe que poderia disputar com a classe ociosa hereditária a honra de uma disposição habitualmente belicosa é a classe inferior dos delinqüentes (VEBLEN, 1974, p. 390).

Gradativamente ocorreriam mudanças nos hábitos predatórios e nas aptidões da generalidade dos homens. Sobre esse fato, Veblen (1974) refere-se da seguinte forma.

> Nas comunidades mais civilizadas, ou antes, nas comunidades que atingiram um adiantado desenvolvimento industrial, pode-se dizer que o espírito de agressão guerreira se tornou obsoleto entre a gente comum. Isso não quer dizer que não exista um número apreciável de indivíduos entre as classes industriais, nos quais o espírito marcial indiscretamente se afirma. Também não quer dizer que o conjunto de todo o povo não vibre de ardor marcial por algum tempo, sob o estímulo de alguma provocação especial, tal como hoje se vê em mais de um país da Europa e, ocasionalmente, da América. Mas excetuando esses períodos de exaltação temporária e, excetuando-se aqueles indivíduos dotados do temperamento arcaico peculiar ao tipo predatório, mais o conjunto igualmente dotado de indivíduos das classes superiores e inferiores, a inércia da massa de qualquer moderna comunidade civilizada é, para esse respeito, provavelmente tão grande, ao ponto de tornar a guerra inviável, exceto para impedir uma invasão. Os hábitos e as aptidões da generalidade dos homens tendem para um desdobramento de atividades em outras direções menos pitorescas que a guerra (p. 391).

A diferença de temperamento entre as classes seria atribuída, segundo Veblen (1974), a dois aspectos fundamentais: a diferença na herança de traços

adquiridos nas várias classes e uma diferença na derivação étnica. A diferença seria menor, portanto, em países cuja população fosse mais homogênea quanto às etnias. Assim também, o autor teria observado que os últimos acréscimos à classe ociosa apresentavam menor espírito marcial do que aqueles que já faziam parte dela como aristocracia de antiga linhagem. Isso porque não poderiam ser classificadas de proeza, no sentido antigo, as características e inclinações que os teriam feito emergir. Diz Veblen (1974),

> a menos que a diferença seja inteiramente atribuível a uma diferença fundamental entre tipos étnicos persistentes, os traços que distinguem do povo comum o delinqüente fanfarrão e o pontilhoso cavalheiro da classe ociosa são, em certa medida, indícios de um desenvolvimento espiritual interrompido, assinalam uma fase imatura, se comparados com a fase de desenvolvimento atingida pela média dos adultos na comunidade industrial (p. 393).

Em seus dias, a formação espiritual daqueles representantes da camada social superior e inferior também se revelaria na presença de outros traços arcaicos que seriam apenas uma inclinação para a façanha feroz e o isolamento.

Para reforçar o argumento de que o temperamento combativo seria sinal de imaturidade, Veblen faz referência às "tropelias travessas e sem alvo" como um intervalo entre a "meninice autêntica" e a "varonilidade adulta" entre os estudantes de idade um pouco maior. Tais "tropelias" se limitariam ao período da adolescência na generalidade dos casos.

Explica o autor que existe uma reversão à natureza humana normal da cultura bárbara primitiva (cultura predatória) durante a transição da infância para a adolescência e a maturidade. De acordo com sua análise, nas meninas tal processo seria gradual e ininterrupto, ocorrendo uma prevalência menos geral de um intervalo predatório em seu desenvolvimento (e nos casos em que este acontecesse a atividade predatória desse intervalo seria comumente menos acentuada). Nos meninos, este intervalo seria marcante e duraria algum tempo, mas terminaria quando eles atingissem a fase adulta. Porém, Veblen aponta para o fato de que não seriam raros os casos nos quais a transição para o temperamento adulto não se processasse ou se processasse parcialmente. O temperamento juvenil, segundo o autor, caracterizava-se em seu primeiro período por menor iniciativa e auto-afirmação agressiva, menor

inclinação para o isolamento e para os interesses do grupo doméstico; revelava igualmente maior sensibilidade à repreensão, maior timidez e a necessidade de contato humano amigável.

Veblen (1974) considerava como temperamento adulto o temperamento da média dos indivíduos adultos na vida industrial moderna e que seriam de alguma utilidade para os propósitos do processo coletivo de vida. O impulso para a luta pertenceria, antes, a um temperamento mais arcaico do que àquele da média dos adultos das classes industriais.

Dessa forma, via no "temperamento juvenil" masculino uma fase predatória, que não desaparecendo ao término da adolescência, tornaria imaturos os homens com tal temperamento – correspondente ao nível espiritual permanente dos homens de luta e esporte. Diferentes indivíduos conseguiriam maturidade e sobriedade em graus diferentes e os que ficassem abaixo da média não se adaptariam à necessidade de eficiência industrial mais alta e ficariam aquém da plenitude de vida na comunidade.

O autor chama a atenção para o fato de que o desenvolvimento espiritual interrompido poderia ser evidenciado na participação direta dos adultos nas façanhas juvenis de ferocidade e, também, indiretamente no auxílio e instigação de tais distúrbios por parte das pessoas mais jovens. A conseqüência dessa falta de maturidade seria a formação de hábitos de ferocidade que poderiam persistir no futuro da geração em crescimento, retardando qualquer tendência para um temperamento efetivo mais pacífico de parte da comunidade.

As pessoas em posição de guiar o desenvolvimento de hábitos nos membros adolescentes da comunidade influenciariam diretamente na formação de hábitos, gostos e temperamento dos mesmos, de acordo com suas inclinações. Assim, se uma pessoa dotada de inclinação para façanha estivesse em posição de guiar o desenvolvimento de hábitos nos membros adolescentes da comunidade, sua influência conduziria à conservação e reversão à proeza.

Para exemplificar, cita o estímulo por parte dos clérigos e outros pilares da sociedade às "brigadas juvenis" ou outras organizações "pseudo-militares". Faz menção, também, ao incentivo dado naquelas comunidades para o

desenvolvimento do "espírito do corpo" nos colégios e nos departamentos atléticos colegiais das instituições de ensino superior.

Para ele, alguns homens teriam conservado, na vida adulta, as características que seriam normais na infância e juventude – e normais ou habituais, também, nas primitivas fases da cultura. Esse comportamento imaturo poderia ser observado nas manifestações de temperamento predatório que, nesse caso, seriam classificadas sobre o título de proezas.

As manifestações de temperamento predatório (proezas) seriam "em parte simples expressões irrefletidas de uma atitude de ferocidade emulativa, em parte atividades deliberadamente iniciadas no intuito de obter renome de proeza" (VEBLEN, 1974, p. 394).

Acredita o autor que o melhor exemplo desse tipo de atividade seria o esporte.

> Esportes de toda espécie têm um mesmo caráter geral, inclusive o pugilismo, as touradas, a atletismo, o tiro ao alvo, a pesca, o iatismo e os jogos de habilidade, até mesmo quando o elemento da eficiência demolidora não é característica saliente. Mediante a habilidade, os esportes se transformam gradualmente, de uma base de combate hostil, em astúcia e chicana, sem que seja possível traçar-se uma linha divisória em qualquer ponto. A base da inclinação para o esporte é uma constituição espiritual arcaica – a posse de uma inclinação predatória emulativa em potência relativamente alta. Uma forte propensão para a proeza temerária e para infringir danos é especialmente pronunciada naqueles costumes de uso coloquial, especificamente denominados esportividade (VEBLEN, 1974, p. 394-395).

Nesse sentido, a inclinação dos homens para o esporte, seria a expressão de um temperamento juvenil, marca da interrupção no desenvolvimento da natureza moral do homem. Tal imaturidade dos homens esportivos poderia ser percebida ao se atentar para o vasto elemento do "faz-de-conta" presente em toda atividade esportiva.

O mesmo caráter do "faz-de-conta" comum aos jogos e às proezas para os quais habitualmente se inclinam as crianças, especialmente os meninos, entraria em diferentes proporções em todos os esportes. O "faz-de-conta" estaria presente na esportividade propriamente dita e nas competições atléticas em maior medida do que nos jogos de habilidade de índole mais sedentária, embora tal regra não se aplicasse com grande uniformidade. Assim também, estariam presentes nos esportes atléticos discursos extravagantes,

fanfarronadas e mistificação ostensiva, o que, segundo o autor, seria uma prova da natureza histriônica desse tipo de atividade.

> A propósito, a gíria do atletismo é em grande parte formada por locuções extremamente sanguinárias, emprestadas da terminologia guerreira. Exceto quando adotada como veículo indispensável de comunicação secreta, a gíria peculiar a qualquer atividade deve provavelmente ser aceita como prova de que a atividade em questão é substancialmente fictícia. Característica ulterior, pela qual os esportes diferem do duelo e semelhantes perturbações da paz, é a peculiaridade de admitirem que outras finalidades lhes sejam atribuídas além dos impulsos de proeza e ferocidade (VEBLEN, 1974, p. 395).

Conforme notamos nessa passagem, além dos impulsos de proeza e ferocidade, outras finalidades seriam atribuídas aos esportes. Os esportistas (caçadores e pescadores) seriam motivados pelo amor à natureza e o contato com ela, pela necessidade de recreação ou simplesmente por ser um dos passa-tempos favoritos.

O autor questiona esse "amor à natureza": Quem ama a natureza aniquilaria os animais? No entendimento dele, os motivos citados estariam muitas vezes presentes, mas não seriam os principais; o fim mais perceptível seria o domínio e o aniquilamento. Mas a hipótese de que uma das finalidades fosse a de matar, colocaria o transgressor em descrédito e seria um agravo ao respeito próprio dele. Devido às convenções e as regras de boa educação recebidas como herança na classe ociosa, não lhes seria permitido, sem críticas, procurar contato com a natureza em outras condições que não por meio do esporte. Seriam eles (inclusive a caça e a pesca) possibilidades de atividades ao ar livre que, por se tratarem de atividades honoríficas legadas pela cultura predatória como forma mais alta de ócio cotidiano, receberiam plena sanção honorífica.

O esporte seria uma forma de exercitar a destreza e a ferocidade emulativa, bem como a característica astúcia da vida predatória, satisfazendo o instinto de artesanato, sem entrar em desacordo com as regras da dignidade que lhes aconselhariam o mesmo como a expressão de uma vida pecuniária imune à censura.

Os membros respeitáveis da sociedade que costumavam defender os jogos atléticos (como por exemplo o futebol), argumenta Veblen (1974), encontrariam respaldo para tal postura no fundamento de que os jogos

serviriam como instrumento valioso de desenvolvimento, pois não apenas melhorariam o físico do competidor, mas também, promoveriam um espírito varonil tanto nos participantes quanto nos espectadores. O vigor físico adquirido na prática de jogos atléticos seria vantajoso tanto para o indivíduo como para a coletividade no tocante à utilidade econômica. Já as características que acompanhariam os esportes seriam vantajosas para o indivíduo em contraste com os interesses da coletividade, sendo útil à comunidade, apenas indiretamente, no seu tratamento hostil em face de outras comunidades.

Pelo senso popular haveria muita coisa admirável no tipo de virilidade promovido pela vida esportiva, como por exemplo a auto-confiança e a camaradagem. Seria, portanto, uma marca de masculinidade (de coragem, de força e de astúcia).

Conforme o exposto, os esportes satisfariam às exigências de substancial futilidade, visando, simultaneamente, a propósitos fictícios e seria atraente pelo fato de proporcionar campo para emulação. Entretanto, é principalmente em seus efeitos indiretos, mediante as regras da vida honorífica, que a instituição da classe ociosa influenciaria o sentimento prevalecente quanto à vida esportiva.

De acordo com a leitura de Ghiraldelli Jr. (1994), "dessas observações de ordem sociológica e antropológica, Veblen deriva uma psicologia do jovem, do adolescente e do homem comum na modernidade" (p. 3) e "acopla a essa análise, uma verdadeira teoria social, na qual o esporte possui um papel importantíssimo" (GHIRALDELLI Jr., 1994, p. 5). O autor entendeu que, para Veblen, as regras da vida honorífica excluiriam do esquema de vida da classe ociosa toda atividade que não pudesse ser classificada de ócio conspícuo, tendendo, também, a excluí-la do esquema de vida da comunidade em geral. Todavia, diante do fato de que uma atividade para permanecer como um hábito de expressão de vida teria de conformar-se à regra genericamente humana da eficiência no tocante a algum objetivo útil, far-se-ia necessário para tal classe uma atividade que pudesse ao mesmo tempo preencher os dois requisitos. Para tanto, seria preciso recorrer a alguma forma de atividade que pelo menos proporcionasse uns visos de finalidade, mesmo que a finalidade alegada fosse apenas fictícia. E os esportes satisfariam as exigências de substancial

futilidade, ao mesmo tempo com visos de propósitos fictícios. Porém tal fusão não aconteceria sem problemas, pois os hábitos mentais do indivíduo comporiam um complexo orgânico que necessariamente tenderiam para a utilidade do processo vital. Se nesse complexo orgânico se experimentasse assimilar o desperdício sistemático ou a futilidade como objetivo da vida sobreviria uma revulsão. Porém, essa revulsão do organismo poderia ser limitada ao propósito irrefletido e aproximada do esforço de destreza e emulação própria dos esportes, que proporcionariam um exercício para a destreza e a ferocidade emulativa e a característica astúcia da vida predatória.

Enquanto o indivíduo fosse pouco dotado de reflexão ou de um sentido sobre as conseqüências de suas ações, enquanto sua vida fosse substancialmente uma vida de ação impulsiva, a intencionalidade imediata e irrefletida dos esportes, como expressão de domínio, satisfaria na mesma medida o seu instinto de artesanato. E isso seria verdadeiro se os impulsos dominantes fossem as inclinações emulativas e irrefletidas do temperamento predatório.

Ghiraldelli Jr. (1994) comenta que, apesar de ter se divertido pensando nos tipos empíricos que encarnam as tendências que Veblen descreveu, não pode deixar de refletir seriamente sobre a parte do texto em que o autor retoma mais profundamente a psicologia do esportista e a associa aos fenômenos da psicologia social.

3. CAPÍTULO 2: O CONSUMO DO ESPORTE E DO LAZER E AS POSSÍVEIS CONTRIBUIÇÕES DE VEBLEN – DESVENDANDO MOTIVAÇÕES

A leitura criteriosa – até onde nos permite o repertório – de "A Teoria da Classe Ociosa", além de confirmar o predito pelos autores intermediários no que diz respeito ao valor da obra, continua nos instigando à reflexão sobre a natureza humana, sobre as relações sociais e outras tantas questões sugeridas pelo autor.

O interesse central da obra se volta para temas ligados à estratificação e à mobilidade social, ao surgimento da classe ociosa e, ainda, às relações dessas duas questões com a consolidação da propriedade privada.

Transitando por diferentes estágios culturais, sem marcas temporais precisas, Veblen demonstra como ocorreu esse processo. Conforme o autor (1974), a sociedade humana, durante sua evolução, passou por quatro estágios culturais: selvageria pacífica, bárbara, predatória e pecuniária.

Segundo Carmo (2002), o estágio cultural denominado selvageria pacífica caracteriza-se pela prevalência de princípios de cooperação e solidariedade; não há propriedade privada em nenhuma estrutura de classe; o desenvolvimento humano é restringido em função do baixo nível de desenvolvimento tecnológico e econômico e as descobertas resultam da experiência. A fase do bárbaro tem início com o aparecimento de tribos e com a acumulação de riqueza através da agressão e da violência (guerras e pilhagens). Neste estágio a sociedade é governada por lucros a curto prazo. Não se produz em excesso devido ao baixo controle sobre a natureza. São poucas as possibilidades de lazer. O cotidiano resume-se na luta pela sobrevivência e surge o sistema de classes. A fase predatória é marcada pela propriedade de escravos e a propriedade privada. Ainda se observa características da fase bárbara. Há um aumento na população, desenvolve-se a agricultura e surge a classe ociosa, consolidando sua posição pelo desenvolvimento de atividades "honoríficas" (guerras, religião, governo e esportes). Carmo (2002), ainda, afirma que na fase pecuniária a economia é movida pelo dinheiro; a classe de serviços se desenvolve e o lazer é entendido como consumo não produtivo de tempo.

Para Veblen (1974), quando uma categoria de indivíduos pode, por livre arbítrio, abster-se do trabalho útil, a riqueza e o lazer são desejados, acima de tudo, com o intuito de ostentação. O consumo, portanto, corresponde cada vez menos à necessidade material e cada vez mais à busca por *status* social. O ócio conspícuo é definido como o tempo gasto em atividades não produtivas. As atividades da classe ociosa voltam-se para tarefas que evidenciam que seu praticante não está envolvido num trabalho produtivo.

Além da descrição irônica do estilo de vida das classes ociosas, há uma percepção de que os mesmos princípios sempre estiveram presentes ao longo da história das sociedades, mudando apenas de forma. Com base nessa percepção, Veblen (1974) elabora sua teoria: o início da evolução humana teria sido marcado pela formação de instintos opostos, o predatório e o de trabalho eficaz. No decorrer do desenvolvimento das sociedades, arraigadas em tais instintos, teriam surgido as instituições. Desse modo, o autor caracteriza a sociedade de sua época como industrial-pecuniária, na qual estão presentes as instituições industriais – orientadas para eficiência da produção e para melhoria do bem estar material – e as instituições pecuniárias – derivadas do instinto predatório e construídas em torno das idéias de comparação odiosa e da isenção do trabalho útil.

Para Veblen (1974) a conduta humana é motivada pelo conjunto de fatores racionais e habituais. Instintos, hábitos e racionalidade são elementos interligados na constituição do agente social.

Gebara (2002) menciona o fato de Veblen ter apontado precocemente para a falsa individualidade das coisas e indicado as relações de poder construídas no interior de processos culturais, considerando isso uma importante conquista para a análise do esporte e do lazer. A cultura em sua obra surge como propaganda e exibição de poder, roubo e lucro. Um dos fenômenos que não escapa à sua crítica é o esporte, caracterizado como erupção da violência, da opressão e do espírito predatório.

Segundo Gebara (2002), Veblen entedia que o consumo de qualquer bem ou serviço, desde os saques pré-históricos, servem para manter o prestígio social, o status. É uma forma de demonstrar a posse de poder e riqueza, a fim de angariar a respeitabilidade. Em outras palavras, o que Veblen denominou de consumo conspícuo, tem por objetivo principal demonstrar a

possibilidade de gastar com objetos e/ou atividades que não sejam consideradas uma necessidade real, mas que satisfaçam desejos e correspondam a um estilo de vida que seja considerado pela sociedade como de bom gosto, culturalmente favorecido e capaz de indicar em que classe social o indivíduo encontra-se inserido. Assim, o consumo corresponde cada vez menos à necessidade material e cada vez mais à busca de status social.

De acordo com Monastério (2004), Veblen sustenta que as instituições têm um papel coercivo sobre a conduta dos indivíduos. A influência das instituições sobre o comportamento individual ocorre por dois canais: impondo normas sociais que restringem sua conduta e agindo sobre os desejos dos agentes. O agente, ao buscar aceitação do grupo social em que está inserido, tem um comportamento restringido pelas normas em vigor. As instituições que não são neutras quanto à formação das preferências, influenciam a formação dos desejos dos indivíduos. Para Veblen, o desejo de cada agente seria o resultado de suas características inatas e da sua experiência de vida que se realizam dentro de uma malha institucional e de circunstâncias materiais.

Resumindo, Veblen apontou para a importância das instituições na conduta humana, para o papel dos hábitos no processo decisório individual. As instituições estariam como que se internalizando à medida que forjam as preferências individuais.

A relação entre as instituições e a racionalidade, efetiva-se dessa maneira não só mediante as restrições impostas pelas normas sociais, mas também mediante esses mecanismos de internalização.

Ghiraldelli Jr. (1994) aponta para algumas constatações feitas por Veblen: 1) De acordo com o senso popular, o tipo de virilidade promovido pela vida esportiva seria admirável, mas que, de um diferente ponto de vista, tais qualidades poderiam ser classificadas de truculência e solidariedade de clã; 2) As características do homem predatório não seriam de modo algum obsoletas na generalidade das populações modernas, ao contrário, estariam presentes e poderiam ser provocadas com grande vigor a qualquer hora mediante o apelo aos sentimentos nos quais se exprimiriam. Em vários graus de potência e em diferentes indivíduos tais características ficariam disponíveis para a formação agressiva das ações e sentimentos humanos quando quer que um estímulo mais intenso que o costumeiro as chamasse à superfície e se afirmassem

violentamente – caso nenhuma ocupação alheia à cultura predatória usurpasse a série cotidiana do interesse e sentimentos do indivíduo. De acordo com a análise de Veblen, diz Ghiraldelli Jr. (1994), isso aconteceria na classe ociosa e em certas parcelas da população a ela subordinadas, o que explicaria a facilidade com a qual os recém-chegados à classe ociosa se entregavam aos esportes e, também, o rápido crescimento dos esportes e do espírito de esportividade em qualquer comunidade industrial onde houvesse a instituição da classe ociosa.

De acordo com a leitura de Ghiraldelli Jr. (1994), Veblen afirmava que a inclinação pelos esportes atléticos, independente do modo de participação, seria uma característica da classe ociosa partilhada com os delinqüentes da classe inferior e com aqueles elementos atávicos da massa da comunidade, também dotados de uma tendência predatória dominante. Nesse grupo se denotariam as sobrevivências modernas da proeza, cujas direções principais seriam a força e a fraude (já presentes no tempo bárbaro). A força e a fraude estariam presentes também nas guerras modernas, nas ocupações pecuniárias, nos esportes e jogos. Em todas essas atividades a estratégia tenderia a se desenvolver em esperteza ou chicana. O método de comportamento em qualquer forma de competição, atlética e nos jogos em geral, envolveria falsidade e intimidação.

Ghiraldelli Jr. (1994) também faz menção ao fato de que, segundo Veblen, a astúcia seria a primeira característica a ser assimilada pelos jovens junto ao profissional do esporte em qualquer escola de boa reputação. A astúcia, em alto grau, seria também um traço visível nos membros da classe delinqüente inferior. Revelariam tanto o candidato a honras atléticas e os delinqüentes o mesmo comportamento exibicionista.

Ghiraldelli Jr. (1994) reporta-se ao fato histórico ocorrido na Alemanha anos depois da publicação da Teoria da Classe Ociosa de Veblen, quando as organizações de juventude, que mais tarde alimentariam o nazismo, tinham como uma das diretrizes o cultivo ao esporte. No mesmo texto, pontua algumas questões apontadas por Adorno, leitor de Veblen.

A primeira seria a caracterização do esporte como "pseudo-atividade", como canalização de energias que em outras direções poderiam ser perigosas, como atividade sem sentido, condecoradas com enganosas insígnias de

seriedade e importância. Explica Ghiraldelli Jr. que Adorno concorda com tal análise, porém, considera insuficiente a análise que Veblen faz acerca do esporte no sentido de que não seria próprio dele apenas o impulso para a violência, mas também o impulso para suportá-la.

A partir da leitura de Veblen, Ghiraldelli Jr. convida-nos a imaginar que corpos corresponderiam a uma "estrutura espiritual arcaica" na modernidade: sua aparência, seus movimentos, enfim, sua expressão. Que impacto causaria tal figura ao observador? Parece-nos que o conjunto "repressão/liberdade/violência/autocontrole" bem serviria de "rótulo" para esses organismos, desde que em alguma atividade esportiva.

Ao discorrer sobre a contribuição metodológica de Veblen, Oliveira (2004) faz referência ao fato de que a teoria do autor gera muitas controvérsias. Para alguns, Veblen seria "pessimista", para outros, "elitista"; há quem o designe como "o mais célebre entre os desconhecidos".

Para Oliveira (2004), a valorização do lazer no texto de Veblen se revela antes na construção teórico-metodológica do que nos enunciados. Se não se trata de um estudo do lazer e sim de instituições sociais nos Estados Unidos, em fins do século XIX, pondera, também não deixa de ser relevante perceber que foi graças à visibilidade proporcionada pelo consumo improdutivo do tempo (ou seja, do lazer para Veblen) que sua tese pode ser construída. E isso faz do esporte e do lazer campos propícios para o desvelamento de questões sociais, dissociados do trabalho.

Um dos aspectos que não podem passar despercebidos na obra, de acordo com a leitura de Oliveira (2004), é a desvinculação entre aquilo que uma determinada racionalidade administrativa define como útil e supérfluo e a necessidade percebida pelos homens em sua vida diária. Assim, num artigo que, aparentemente, seria apenas de ostentação, poderíamos encontrar propósitos de utilidade – ocorrendo também o inverso.

Oliveira (2004) esclarece, ainda, que a posição de Veblen encontra respaldo na teoria dos instintos – que ele define como impulsos humanos para a realização de uma dada finalidade. Os instintos direcionam as vidas humanas, levando-as a agir de forma a superar a equação entre prazer e culpa ou entre custo e benefício. Seria este um meio de conciliar livre curiosidade

com pensamento científico, o que conduziria para uma vida social mais harmoniosa.

Oliveira (2002) atribui à obra de Veblen duas qualidades: permanência, pela profundidade com que toca os dramas vividos no interior das relações sociais, sobrevivendo ao tempo e aos modismos; e revelação, pela capacidade de reservar surpresas a cada leitura.

Tem razão Oliveira (2004). Nada podemos afirmar – sem o risco de errar quanto ao futuro – porém, é certo que hoje muito da análise e das proposições de Veblen podem ser consideradas pertinentes e encontram aplicabilidade.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao iniciarmos esse trabalho, tínhamos em mente o objetivo de apreender as idéias preconizadas por Veblen em sua obra "A Teoria da Classe Ociosa" – especialmente no que diz respeito ao consumo do esporte e do lazer; refletir sobre elas e, finalmente, pensar sua aplicabilidade na atualidade. Isso porque a obra em questão tem sido apontada como importante referencial teórico na condução de estudos voltados ao tema.

Uma vez que temos interesse em aprofundar estudos acerca dos elementos que envolvem o consumo do esporte e do lazer em nossa sociedade e que pensamos os dois fenômenos como campos específicos, como atividades independentes de outras – e desvinculadas do trabalho – acreditamos que a escolha inicial foi acertada.

Apesar de muitos dos seus leitores, inclusive nós, pontuarmos em seu discurso a afirmação de que sua teoria seria um estudo econômico das instituições e não teria por objeto os primórdios da indolência nem o aparecimento de artigos úteis para o consumo individual, em toda sua obra Veblen faz questão de frisar a relação entre lazer e estratificação social e as inter-relações entre lazer e mudança social. Para ele, seria o lazer e não o trabalho que manifestaria e reforçaria as diferenças sociais. O ócio (o lazer para Veblen) que era considerado, do ponto de vista econômico, uma atividade, estaria estritamente ligado à vida de façanhas, porém como coisa distinta, pois não resultaria usualmente num produto material. Colocado dessa forma, em sua obra, o lazer não teria caráter compensatório, uma vez que a classe ociosa não desempenhava qualquer "atividade produtiva". Ao contrário, torna-se símbolo de força pecuniária, ou seja, as práticas de lazer seriam a prova de que a classe ociosa podia viver confortavelmente (consumindo à vontade) sem trabalhar.

Portanto, para Veblen, lazer e trabalho seriam esferas diferentes e desvinculadas na estrutura social. E isso já justificaria a convicção do acerto, pois este entendimento não nos conduz por linhas opostas, apesar de não concordarmos de todo com ele quanto à definição de esportes e quanto aos efeitos da prática esportiva na sociedade. Parece-nos que ele não via nessa

atividade nenhum aspecto positivo. Acreditamos que o esporte, além do que é, pode ser o que fazemos dele.

Mas o motivo maior pelo qual julgamos ter feito a escolha certa é o de que na "Teoria da classe ociosa" encontramos muito mais do que aquilo que esperávamos ou queríamos: dentre outras coisas, uma observação relatada pelo autor – a respeito da qual desconhecemos qualquer referência por parte daqueles que estudaram a obra, mas sobre a qual já tínhamos pensado investigar por se tratar de algo que hoje pode ser observado em nossa sociedade. Referimo-nos ao comportamento da classe dos "cientistas", daqueles que trabalham na produção do conhecimento, principalmente daquele, cuja posse garantiria uma certa autonomia, independência, em relação aos países considerados desenvolvidos.

Segundo a análise de Veblen, para corresponder às expectativas da comunidade, tal classe "precisava" adotar um padrão de vida não compatível a seus ganhos, de forma que faziam certos "ajustes" familiares – como, por exemplo, a redução ou ausência de filhos – a fim de poder manter um padrão aceitável à sua condição. Estaria ele sugerindo aos menos afortunados "um planejamento familiar" como possibilidade de mudança na ordem social? Seria um apelo, no sentido de que "quem sabe mais" encontra formas de "levar uma vida mais digna"? O que tem a ver especificamente este tipo de atividade profissional com os hábitos de consumo e estes com a escolha de atividades de lazer? Sem dúvida, algo a ser investigado cientificamente.

A leitura de um clássico sempre nos reserva alguma surpresa e dela resulta algum aprendizado. É verdade. Como também o é a afirmação de que aprender pode ser emocionante. E quando nos damos conta de que, no esforço da aprendizagem, desenvolvemos nossa capacidade e vontade de aprender, seguir aprendendo torna-se, além de prazeroso, gratificante.

Dito isso, retomaremos algumas passagens do texto sobre as quais julgamos pertinente refletir. Uma vez que nos propusemos à compreensão da obra, realizando-a passo-a-passo, convidamos o leitor a partilhar de nossas inquietações.

Fica evidente que Veblen não sentia qualquer apreço pelo lazer. Era defensor do "progresso", do "desenvolvimento social" por força do trabalho.

O seu sarcasmo revela-lhe, além da amargura e do olhar de reprovação ao modo de vida "predatório" adotado pela sociedade que ele analisava (a moderna sociedade industrial americana), a convicção de que a mesma estaria condenada ao modo de vida que "escolhera". Isso porque o traço dominante na natureza humana não seria a solidariedade, mas sim o egoísmo. Logo, não haveria interesse por parte de cada indivíduo ou grupo em buscar o bem comum; buscariam, antes, formas de superar o outro em termos de riqueza a fim de satisfazer a sua necessidade individual de sentir-se superior e mostrar a todos tal superioridade.

Nesse sentido, as relações humanas estariam orientadas para a competição e não para a cooperação. A habilidade no uso da força, da fraude, da astúcia seria o instrumento que possibilitaria uma posição social "melhor" para o indivíduo, e, ainda que em nada contribuíssem para o bem da coletividade, os indivíduos "dotados" de tais instrumentos eram valorizados e reconhecidos pela mesma. Tais elementos também estariam presentes nas atividades esportivas.

O esporte seria uma "pseudo-atividade", que canalizaria energias que, em outras direções, poderiam se tornar perigosas. O autor caracterizava-o como erupção da violência, da opressão e do espírito predatório. Mas se o espírito habitualmente belicoso era o traço preponderante na natureza humana, por que não encarar o esporte como algo natural, próprio do homem?

Argumenta Veblen que antes do instinto predatório, antes da propensão para a luta, para a competição, havia um instinto mais importante e mais antigo: o instinto de produzir.

Quanto à intenção do autor ao afirmar logo de início que não estava pensando em discutir nem "os primórdios da indolência", nem "o aparecimento de artigos úteis para o consumo individual", esta, a esta altura, pode ser questionada, a julgar pela importância dada a essas questões como fatores determinantes na diferenciação social e a força de expressão que tais temas ganham em seu texto.

Ao indicar o surgimento de uma classe ociosa, estaria indicando igualmente a origem do ócio. Afirma o autor, no decorrer do texto, que o termo ócio, na conotação que tinha no estudo, não implicava indolência ou

quiescência. Significava simplesmente tempo gasto em atividade não-produtiva. Por que, então, teria feito menção à indolência, ao seu surgimento?

A imagem de sociedade ideal para Veblen teria que ter por base o trabalho. Assim, a satisfação do instinto de trabalho seria sinônimo de felicidade coletiva. Já o lazer não seria vivenciado em busca de satisfação, mas para causar impacto social.

Do mesmo modo, ao pontuar muito bem as causas e conseqüências do surgimento da propriedade privada, bem como os fatos de a classe ociosa poder obter propriedades e consumir além do necessário para a subsistência – sem contribuir "efetivamente" para a produção dos bens materiais a serem consumidos –, estaria pontuando, igualmente, que ambos (consumo e ócio conspícuos) seriam necessidades criadas pela própria classe denominada ociosa para definir e impor o seu papel na sociedade, as quais passariam a ser necessidades das demais classes, inclusive das inferiores, na medida de suas possibilidades. O exagero na descrição de como se comportam os indivíduos quando se trata do consumo, é uma forma de deixar bem clara a sua posição a esse respeito: totalmente contrária ao consumismo. Tudo aquilo que não é absolutamente indispensável à subsistência, seria desperdício. Para ele a sociedade se comporta de maneira anti-econômica. Por isso, aponta para a irracionalidade da razão. Também isso seria pertinente nos dias de hoje.

Além disso, o autor não descreve apenas o estilo de vida da classe ociosa, mas dá uma visão "panorâmica" da sociedade, de como ela se comporta, da existência de diferentes estilos de vida e da valorização do tido como "superior" ou "ideal". E todas as suas opiniões, esclarece, devem ser encaradas do ponto de vista econômico.

Os hábitos de consumo, inclusive o consumo de bens culturais seriam fatos econômicos, porém inerentes ao comportamento humano. Logo, a Economia, deveria considerar o indivíduo e suas preferências como produto social. Isso é perfeitamente aplicável na sociedade atual. E a psicologia Social tem muito a contribuir nesse sentido.

Outra questão que não pode deixar de ser comentada é a que toca às tradições. "Por costume inabalável", "por costume firmemente estabelecido ou pelo bom senso da comunidade", "firmada a tradição, o senso comum da comunidade passava a aceitá-la como regra de conduta", diz o autor, em

diversas passagens de seu relato. Assim explica, por exemplo, as origens do preconceito que persistia em sua sociedade acerca de ocupações ligadas à produção. Segundo Veblen a mudança de padrões e pontos de vista é gradual e dificilmente eles são eliminados completamente. Ainda hoje, quando falamos em cultura, uma das fontes de legitimidade é a tradição. É claro que "a mundialização da cultura redefine o significado da tradição. Temos agora dois entendimentos possíveis de um mesmo conceito. Tradição enquanto permanência do passado distante, de uma forma de organização social contraposta à modernização das sociedades." (ORTIZ, 2005, p. 212).

De acordo com a análise de Veblen, a conduta humana é motivada pelo conjunto de fatores racionais e habituais. O homem seria constituído, portanto, por três elementos interligados: instintos, hábitos e racionalidade. Essa proposição tem relevância como fundamento para pesquisas empíricas acerca de hábitos de consumo.

Por diversas vezes o autor faz referência aos hábitos de pensamento, aos processos mentais de substituição e abreviação, à internalização de valores. De fato, o estilo de vida de um indivíduo ou de um grupo pode revelar muito da sua personalidade.

Outra inferência que fizemos diz respeito à fase da adolescência. Pode ser que, hoje, seja um período durante o qual os indivíduos apresentam uma propensão maior à prática de atividades físicas, principalmente as coletivas. Há que se investigar, atentando-se ainda para variantes como o sexo e o estilo de vida.

Também não nos passou despercebido que, de fato, os padrões e os pontos de vista dificilmente são eliminados de todo e a mudança nesse sentido se dá a longo prazo. Persiste ainda o preconceito em relação à prática esportiva pelo sexo feminino daquelas consideradas "masculinas" – herança do passado. Lembramos aqui das "líderes de torcida". A existência desses grupos e o "entusiasmo" que despertam nos espectadores e nos jogadores deve ter algum significado.

Veblen entende que os hábitos de consumo seriam variados, de acordo com o padrão de vida de cada indivíduo ou classe. O padrão de vida, por sua vez, dependeria da renda. De acordo com Ortiz (2005), nos últimos anos, as agências publicitárias começaram a abrir mão das descrições demográficas,

que agrupavam as pessoas segundo os níveis de renda, pois algumas pesquisas sobre o consumo de automóveis já apontavam para a existência de tipos diferenciados de atitudes em grupos de mesma renda, segundo determinados valores e opiniões. Além das variáveis tradicionais, os valores poderiam ser empregados como referência nas análises, como meio de obter maior precisão no diagnóstico da segmentação do mercado. "A demografia e a sociologia dariam lugar à Psicologia Social, disciplina mais eficaz para vincular os hábitos de consumo aos estilos de vida. Na sociedade de consumo, haveria um reagrupamento, considerando-se os estilos de vida" (ORTIZ, 2005, p. 205).

Veblen chamou a atenção para o "faz-de-conta" presente em todas as atividades esportivas, em maior ou menor grau, atribuindo-lhe um caráter pejorativo quando "vivenciado" ou incentivado por adultos. Segundo ele, adultos imaturos, de "temperamento juvenil". O "faz-de-conta" incluiria gírias e gestos censuráveis aos adultos. Isso nos reporta a Norbert Elias que, ao contrário de Veblen, vê o lazer, incluindo o esporte neste mesmo campo, com mais simpatia: como um campo propício para um "controlado descontrole das emoções", muito salutar e necessário . Não há como não se mencionar aqui as músicas cantadas e os gestos ou ainda as palavras de baixo calão proferidas até pelas mais recatadas senhoras que torcem nos estádios do futebol. Essas energias, em outras direções, poderiam ser perigosas.

Não podemos deixar de pensar na questão levantada por Guiraldelli, principalmente porque episódios bem mais recentes do que o citado por ele chegam a causar pânico. Referimo-nos aos grupos de belos jovens, "sarados" e hostis, que andaram aterrorizando os segmentos que representam "minorias" em nossa sociedade.

Teriam o mesmo comportamento exibicionista o atleta e o delinqüente? Pode ser. Porém a prática esportiva pressupõe auto-disciplina, sociabilidade, e a possibilidade de canalizar aquelas energias que Veblen mencionou num tempo e espaço apropriado . Durante o "faz-de-conta" tornam-se possíveis uma variedade de interações sociais que podem ser mais benéficas do que prejudiciais à coletividade.

Que constatações ou surpresas ainda nos reserva este clássico? O que mais terá a nos dizer?

Vai depender, certamente, do que estivermos carregando na "mochila" quando do próximo encontro.

REFERÊNCIAS

CALVINO, Ítalo. **Por que ler os clássicos**. Trad. Nilson Moulin. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

CAVICHIOLLI, F. R. **A difusão do sistema de crenças sociais na pesquisa do lazer.** In: VIII Congresso Brasileiro de História da Educação Física, Lazer e Dança. *Coletânea.* Ponta Grossa. Departamento de Educação Física, Departamento de História e Mestrado em Ciências Sociais Aplicadas. nov. 2002.

COSTA, B. C. G. **Indústria cultural: análise crítica e suas possibilidades de revelar ou ocultar a realidade.** In: PUCCI, B. (org.) *Teoria crítica e educação:* a questão da formação cultural na Escola de Frankfurt. Petrópolis, RJ: Vozes, São Carlos, SP: EDUFISCAR, 1994.

DRUCKER, P. **Sociedade Pós-capitalista**. São Paulo: Pioneira, 1999.

FORJAZ, M. C. E. **Lazer e Consumo Cultural das Elites**. Revista Brasileira de Ciências Sociais, 1988.

GEBARA, A. **Veblen, Adorno e as Bicicletas**. *In*: VIII Congresso Brasileiro de História da Educação Física, Lazer e Dança. *Coletânea.* Ponta Grossa: Departamento de Educação Física, Departamento de História e Mestrado em Ciências Sociais Aplicadas, nov. 2002.

GEBARA, A. WIDMER, C. P. **Um pioneiro da teoria do lazer: Thorstein Bunde Veblen (1857 – 1929).** III Encontro Nacional da História do Esporte, Lazer e Educação Física. Coletânea. DEF/EFPR, DEF/UEPG, FEF/Unicamp, nov. 1995.

GHIRALDELLI JR. P. **Esporte e Corpo, Modernidade** e **Barbárie**. UNESP: 1994.

GIL, A. C. **Métodos e Técnicas da Pesquisa Social**. 5ª ed. Editora Atlas. São Paulo: 1999.

CARMO, G. C. M. **Do ócio de Veblen ao controle das emoções de Elias: possíveis enfoques para uma interpretação do lazer**. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Educação Física, Universidade Estadual de Campinas. SP, Campinas: 2002.

LINN, S. **Crianças do Consumo: a infância roubada**. Trad. Cristina Tognelli. São Paulo: Instituto Alana, 2006.

OLIVEIRA, P. S. **Veblen e a Sociologia do Lazer.** III Encontro Nacional da História do Esporte, Lazer e Educação Física. Coletânea. DEF/EFPR, DEF/UEPG, FEF/Unicamp, nov. 1995.

OLIVEIRA, P. S. **Veblen, o ócio como emblema social. In: Lazer** e **Ciências Sociais, Diálogos pertinentes**. Organização: Heloísa Bruhns. São Paulo; Coleção Lazer, Esporte e Sociedade; Chronos: 2002.

ORTIZ, R. **Mundialização e Cultura**. São Paulo: Brasiliense, 2005.

VEBLEN, T. **A Teoria da Classe Ociosa – Um estudo econômico das instituições.** Trad. Olívia Krähenbühl. In: Os pensadores. São Paulo: 1974.